



212

abril 2014

Carta Mensal
INTAL

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento



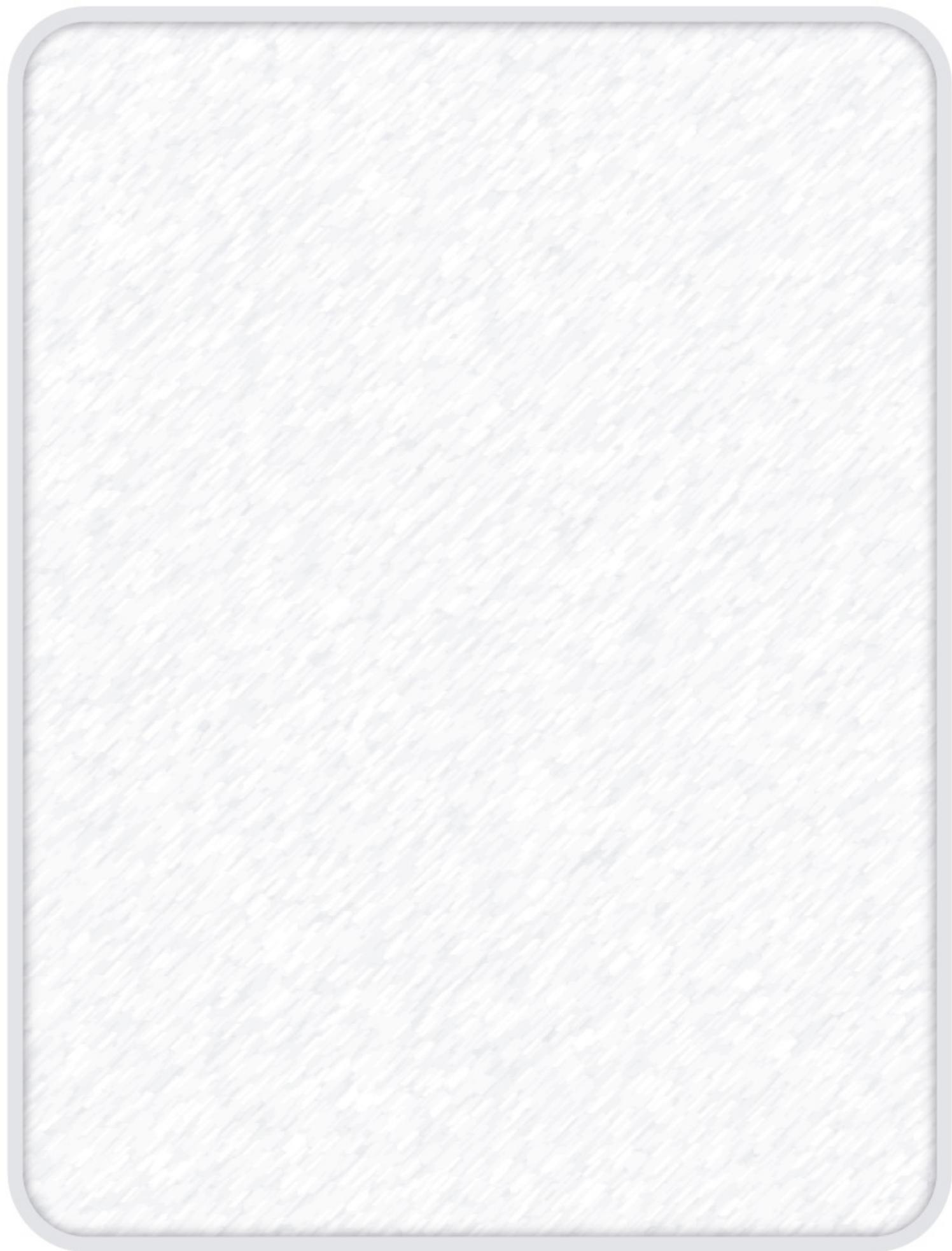


Tabela de conteúdos

Coluna de Análise

Os serviços globais de exportação	7
---	---

Blocos de Integração

Alianza del Pacífico

Panamá avança para a Aliança do Pacífico: terminaram as negociações com o México	15
--	----

Caribe

Caribe promove o desenvolvimento do turismo na região	19
Sexta Rodada de Negociação entre Caricom e Canadá	21

América Central

Integração econômica, competitividade e desenvolvimento na América Central	22
Nicarágua avança na integração comercial com a região	23
Honduras reata negociações de um TLC com Peru	24
Nova rodada de negociações entre Trinidad e Tobago e El Salvador	25

Comunidade Andina

CAN e União Europeia fazem investimentos para melhorar a produtividade na fronteira Bolívia-Peru	26
Segunda Rodada de Negociações Equador-União Europeia	28

Mercosul

Novas iniciativas para financiamento do comércio	31
Assuntos bilaterais de países do Mercosul	32

UNASUL

O BID financiará estudos de viabilidade para ponte binacional El Dorado - Mayor Otaño	33
Entra em vigência a cláusula democrática da Unasul	34

Panorama Regional e Global

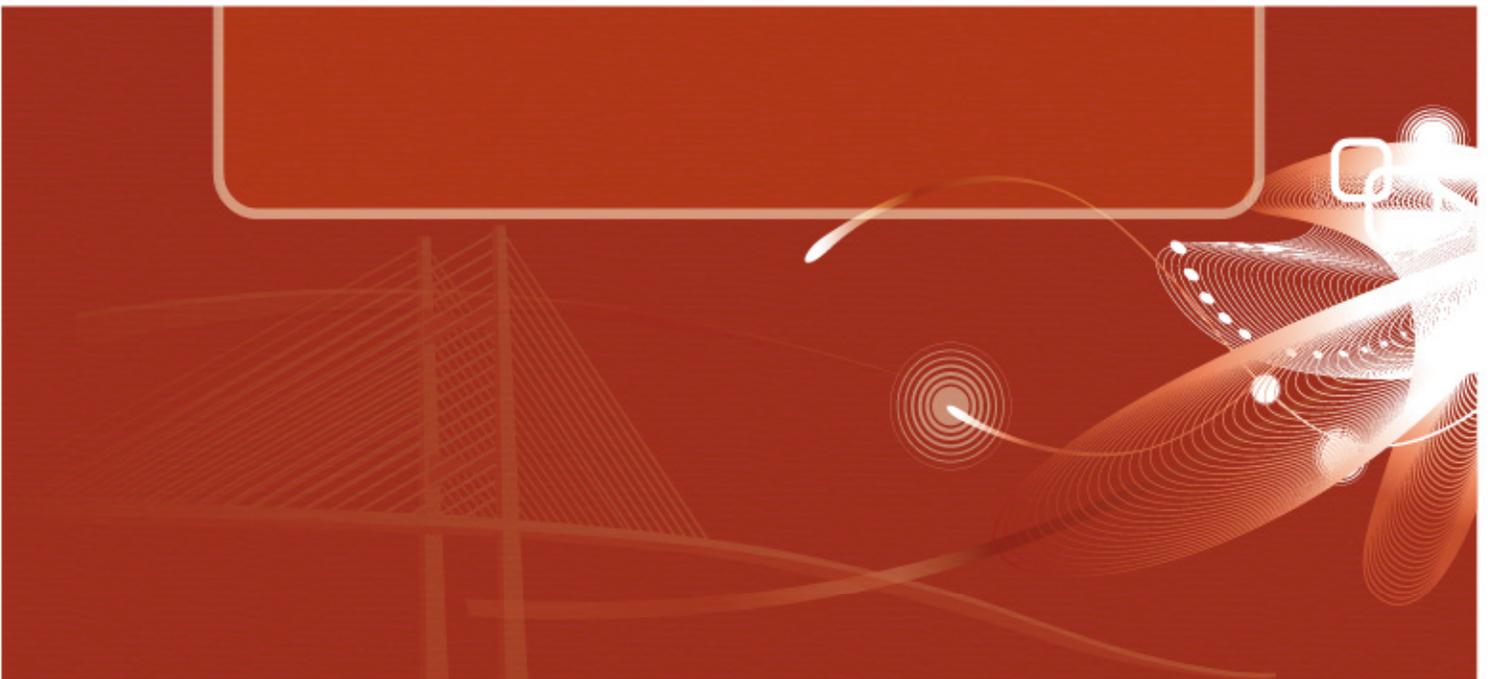
Estados Unidos iniciam investigação antidumping no setor açucareiro do México	37
Mega-acordos: novas rodadas de negociações	39
Fórum econômico mundial na América Latina: década de oportunidades	40

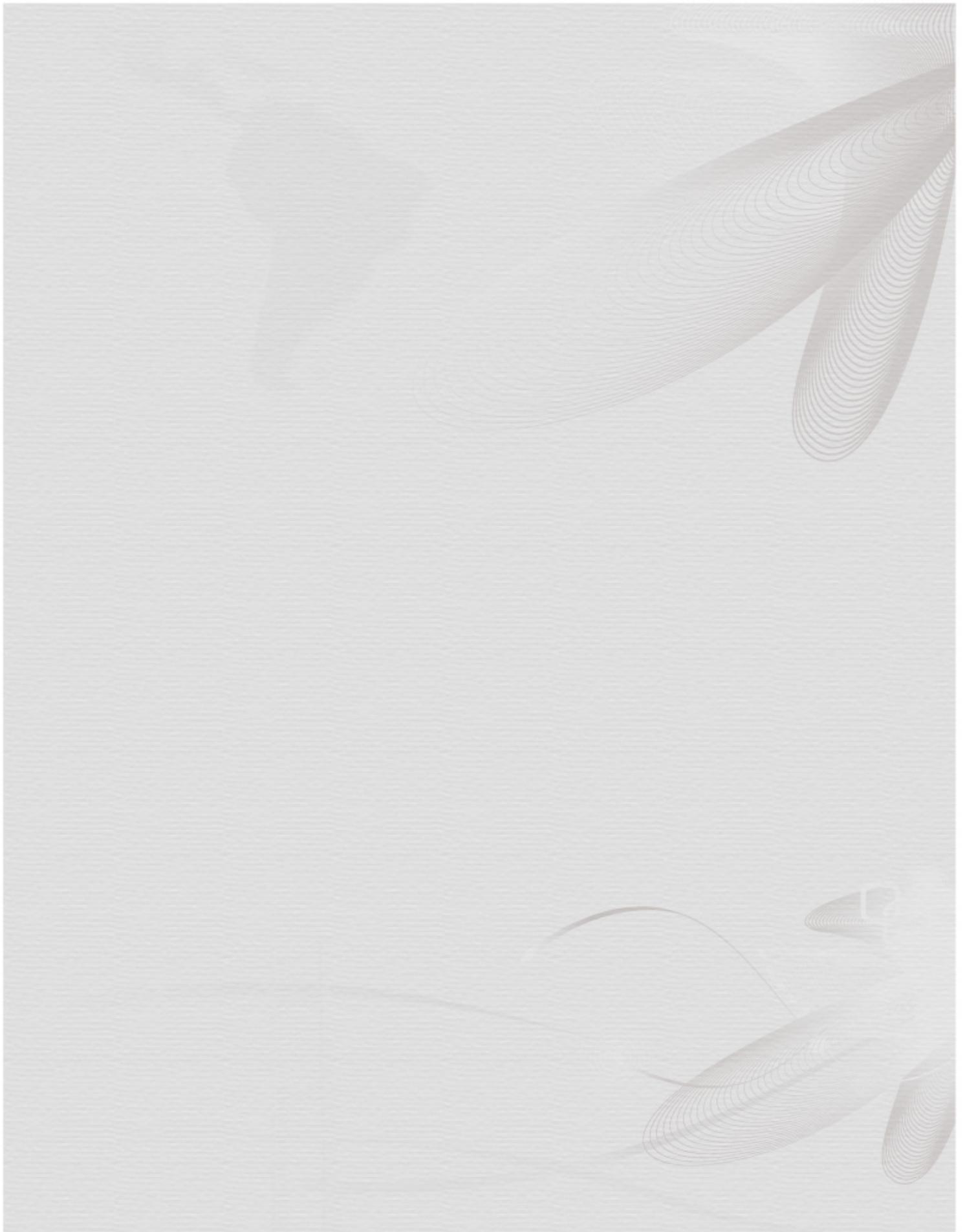
Setor de Integração e Comércio

BID apresenta o ConnectAmericas, uma nova rede social para ajudar as empresas a se tornarem globais	43
Outras Atividades do BID	
Reunião Anual das Assembleias de Governadores (BID-CII 2014)	47
Previsão de crescimento das economias da América Latina e do Caribe em 2014 é de 3%	48
BID e JICA promoverão a energia renovável e a eficiência energética na América Central e no Caribe	49
Nueva encuesta arroja luces sobre el comportamiento financiero de los migrantes de América Latina y el Caribe en EE.UU.	50
Secretario General de la ONU discute en el BID los Objetivos de Desarrollo del Milenio después de 2015 y el cambio climático	51
Centro de Documentação INTAL	
Reseñas Bibliográficas	
TEXIDÓ, Ezequiel; GURRIERI, Jorge; ARTOLA, Juan. Panorama Migratório de América del Sur 2012. Buenos Aires: Organización Internacional para las Migraciones (OIM) - Oficina Regional para América del Sur, octubre de 2012.	55
Alerta Bibliográfico	
.....	58
Bibliografía Destacada del Mes	
*Panorama de la efectividad en el desarrollo 2013 = Development effectiveness overview 2013. (2014). Washington: BID.	59
*Hernández, R., ed.; Mulder, N., ed.; Fernandez-Stark, K., ed.; Sauvé, P., ed.; López Giral, D., ed. y Muñoz Navia, F., ed. (2014). Latin America's emergence in global services : A new driver of structural change in the region?. Santiago de Chile: CEPAL.	62
*De Groot, O. y Pérez Ludeña, M. (2014). Foreign direct investment in the Caribbean : Trends, determinants and policies. Santiago de Chile: CEPAL.	64
*Hacia la transformación digital de América Latina : las infraestructuras y los servicios TIC en la región. (2014). Bogotá: CAF.	65
Redação	
.....	67



Coluna de Análise





Os serviços globais de exportação

Durante a última década, o comércio mundial de serviços globais – normalmente denominado *offshoring* - mostrou um grande dinamismo favorecido pelas inovações tecnológicas que permitem o fornecimento de serviços de maneira remota e pelas estratégias de internacionalização das empresas.

Apesar de na atualidade esses serviços terem grande relevância para muitas economias do mundo – inclusive várias latino-americanas -, é limitado o conhecimento sobre os serviços globais, as oportunidades que estes oferecem e os desafios que apresentam entre públicos não especializados. Este artigo visa proporcionar um panorama geral deste setor promissor.

O que são os serviços globais?

Definição, modalidades e tipologia

Os serviços globais são o resultado de um modelo de negócios no qual as empresas trasladam **atividades e/ou processos para o exterior** (*offshoring*), modalidade que se contrapõe ao *onshoring*, em que o fornecedor e a empresa contratante se encontram no mesmo país. Levando em conta que nas atividades de *offshoring* a responsabilidade administrativa pode ser interna (*captive*) ou externa (*outsourcing*) à empresa, é possível afirmar que os serviços globais podem resultar **tanto da terceirização de atividades** (*offshore outsourcing*) **como do investimento estrangeiro direto (IED)**, ou seja, da prestação do serviço por meio de sucursais da empresa radicadas em outro país (*captive offshoring*), (GARCÍA, 2013). (Quadro 1).

Quadro 1. Classificação dos serviços globais segundo localização e responsabilidade administrativa do fornecedor

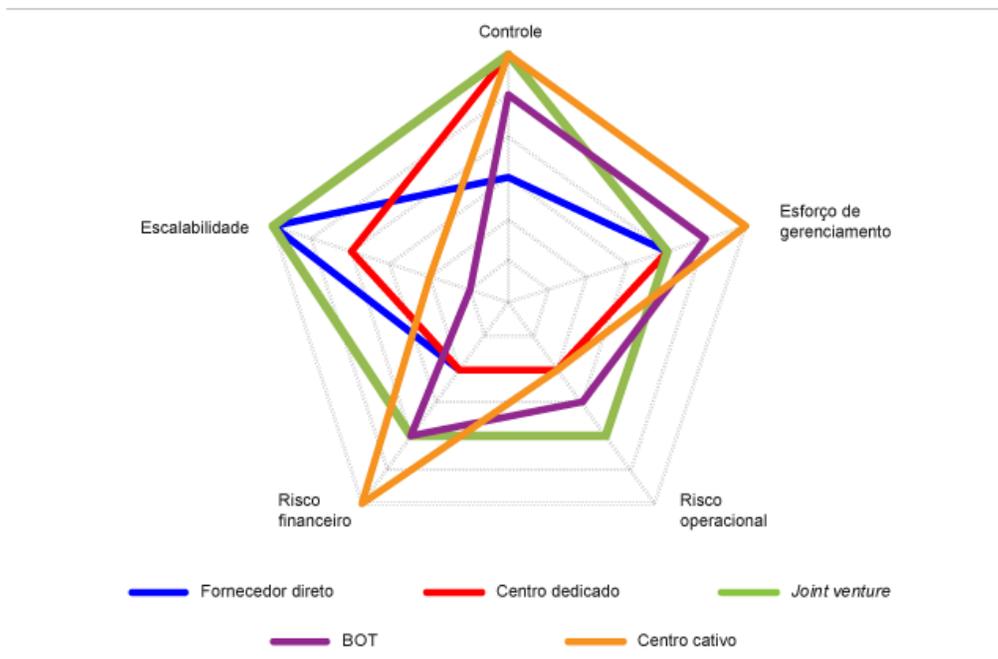
Responsável administrativo	Localização	
	Local	Estrangeiro (<i>offshoring</i>)
Interno	<i>Captive onshoring</i>	<i>Captive offshoring</i> (IED)
Externo (<i>outsourcing</i>)	<i>Onshore outsourcing</i>	<i>Offshore outsourcing</i> (Terceirização)

Fonte: Elaboração própria com base em García (2013).

Serviços globais segundo modelos de negócios[1]

Deve-se mencionar que, além da contratação de um fornecedor externo e da criação de um centro cativo próprio no exterior, existem outros modelos de estruturação das operações de *offshoring* que implicam diversas combinações de níveis de risco financeiro e operacional, esforço de *management*, controle sobre o fornecedor e possibilidade de manejar o crescimento contínuo do trabalho sem perder qualidade nos serviços oferecidos (esta última característica se conhece como “escalabilidade”). As características de cada um são explicadas a seguir e se encontram sintetizadas no Esquema 1.

Esquema 1. Modelos de offshoring segundo nível de risco operacional e financeiro, controle, esforço de gerenciamento e escalabilidade



Fonte: Elaboração própria com base em García (2013).

- **Fornecedor direto:** Contratação de um fornecedor no estrangeiro para que preste um serviço determinado. Apesar de o nível de controle por parte da empresa contratante ser baixo, os custos de infraestrutura e os riscos financeiros e operacionais são baixos, ao mesmo tempo que é possível incrementar a escala das operações com facilidade.
- **Centro dedicado:** A provisão do serviço está a cargo de um fornecedor estrangeiro alheio à empresa contratante, mas os recursos humanos e materiais estarão 100% dedicados a essa empresa. Exige um maior envolvimento por parte da empresa que contrata os serviços, mas permite um maior controle sobre diversas características dos serviços, tais como qualidade, confidencialidade, etc.
- **Joint venture:** Empreendimento conjunto para realizar processos *offshore*, seja com um sócio local ou com um centro cativo compartilhado com outros usuários. Em geral apresenta a possibilidade de aproveitar vantagens já desenvolvidas pelo sócio local (ex. conhecimento sobre uma atividade determinada) e/ou de obter economias de escala mediante a redução de custos de instalação e operação que surgem de atividades compartilhadas.
- **Build-Operate-Transfer (BOT):** O centro *offshore* é construído e colocado em funcionamento por uma empresa (normalmente a que oferece o serviço) e depois transferido para outra (em geral, a empresa importadora do serviço).
- **Centro cativo:** Estabelecimento de uma sucursal da empresa no exterior para fornecer serviços para sua casa matriz ou outras filiais.

Serviços globais segundo tipo de atividades

Embora costumem ser examinados de maneira conjunta, os serviços globais incluem uma ampla variedade de atividades. Por um lado, existem serviços **horizontais** que se aplicam de maneira genérica a diversas indústrias, que podem ser subdivididos nas seguintes categorias:[1]

- **Processos de tecnologia da informação (ITO, sigla em inglês):** infraestrutura (manejo, redes e aplicativos), *software (desktop management*, integração e desenvolvimento de aplicativos, planejamento de recursos empresariais – ERP), consultoria de informática e telecomunicações, pesquisa e desenvolvimento de *software*.
- **Processos de negócios (BPO, sigla em inglês):** manejo de recursos empresariais – ERM - (de documentação, de conteúdos, compras, logística, finanças e contabilidade), recursos humanos – HRM - (recrutamento, folha de pagamento, gestão de talento, capacitação), relacionamento com o cliente – CRM - (centros de contato, marketing e vendas).
- **Processos de conhecimento (KPO, sigla em inglês):** serviços jurídicos, consultoria e análise de negócios, inteligência de mercado, etc.

Por outro lado, as atividades **verticais** (específicas de cada indústria) podem ser tanto de TI como de negócios, conhecimento ou inovação. Destacam-se serviços associados a setores diversos como comércio varejista, saúde/indústria farmacêutica, viagens e transporte, energia, telecomunicações, indústria manufatureira, serviços financeiros e de seguros, entre outros.

Contar com a infraestrutura de comunicações apropriada é um requisito fundamental para o fornecimento de todos os serviços globais. Apesar de todos serem trabalhos intensivos, as características da mão de obra necessárias para o desenvolvimento eficiente das atividades variam consideravelmente entre os diferentes serviços globais. Por exemplo, em certos segmentos de BPO - como os centros de contato - é fundamental a disponibilidade de trabalho a custos competitivos, enquanto a classificação resulta crucial para as atividades de KPO. Além disso, os serviços horizontais exigem conhecimentos específicos sobre as tarefas, enquanto os verticais exigem classificação própria de cada setor (GEREFFI; FERNÁNDEZ-STARK, 2010).

Serviços globais segundo a distância

Com frequência um fator relevante no *offshoring* é a distância entre o fornecedor e o consumidor, não só em termos geográficos, mas também horários. Nesse sentido, é possível diferenciar entre **nearshoring** – quando a diferença horária entre o país exportador e o importador é pequena - e **farshoring**, quando a diferença horária é significativa. Enquanto este último apresenta a vantagem de complementar as atividades e processos que deveriam ser interrompidos em horários noturnos nas sedes, o *nearshoring* permite maior interação e supervisão nas sedes (GARCÍA; PEÑA CAPOBIANCO, 2012).

O mercado mundial de serviços globais

Apesar de não se dispor de dados atualizados, há consenso sobre o dinamismo que estas atividades tiveram durante os últimos anos. De acordo com HERNÁNDEZ *et al.* (2014), em 2008 a indústria de serviços globais representava US\$ 280 bilhões e empregava 4,1 milhões de pessoas em países em desenvolvimento.[2]

Como se mencionou anteriormente, o desenvolvimento dos serviços globais foi possível graças à inovação tecnológica que permite a provisão de forma remota, e às tendências de internacionalização das empresas na busca de reduzir custos, liberar recursos, melhorar a eficiência, diversificar riscos e aproveitar diferenciais de incentivos. Além disso, ocorreram mudanças profundas nessas atividades na medida em que os segmentos das cadeias de valor que podem ser realizadas no estrangeiro crescem em quantidade, complexidade e valor agregado, permitindo o desenvolvimento de novos serviços (A.T. KEARNEY, 2011).

O mercado mundial se encontra concentrado em grandes empresas que operam em mais de um segmento, destacando-se IBM, Accenture, HP Enterprise Services, CSC e Capgemini, entre outras. Grande parte das empresas mais importantes do setor começaram a operar fornecendo *hardware*, para depois avançar em outros processos de tecnologia da informação e mais tarde incursionar em processos de negócios e serviços especializados de TI e, a partir destes últimos, a funções verticais de pesquisa e desenvolvimento. Apesar de as empresas líderes serem originárias de países desenvolvidos, observa-se uma crescente participação de empresas da Índia (Tata Consultancy Services, Infosys e Wipro, entre outras). Em 2008 quatro das 20 maiores companhias de fornecimento de serviços offshore eram desse país.

A Índia é o líder indiscutível na exportação de serviços globais em nível mundial: US\$ 69 bilhões em 2012 e 2,8 milhões de postos de trabalho. Sua vantagem comparativa nestas atividades se baseia na disponibilidade de mão de obra qualificada a custos competitivos. Deve-se destacar que o fornecimento de serviços *offshore* na Índia não só cresceu rapidamente, mas também migrou dos segmentos mais simples para os mais sofisticados, incluindo diversas atividades de KPO (HERNÁNDEZ *et al.*, 2014; FERNÁNDEZ-STARK, 2012).

As Filipinas também se destacam como exportador consolidado de serviços globais, particularmente no segmento de *call centers*. Mais recentemente estão emergindo – com diferentes graus de desenvolvimento - outros fornecedores relevantes na Ásia (China, Malásia, Cingapura, Vietnã), Leste Europeu (Polônia, República Tcheca, Hungria e Romênia), África (África do Sul, Marrocos, Egito, Quênia, Tunísia e Moçambique) e ALC (Brasil, Argentina, Chile, Costa Rica, México, Barbados, Colômbia, Jamaica, Uruguai, El Salvador e Panamá) (FERNÁNDEZ-STARK, 2012; HERNÁNDEZ *et al.* 2014). De acordo com A.T. KEARNEY (2011), os países mais atraentes para o *offshoring* incluem alguns emergentes da Ásia (encabeçados pela Índia, China, Malásia, Indonésia, Tailândia, Vietnã e Filipinas), Egito e dois latino-americanos (México e Chile).[3]

Em vários países da ALC a exportação de serviços globais ganhou relevância durante os últimos anos. Empresas locais e estrangeiras investiram na região nestes setores, incentivadas pelas vantagens comparativas relacionadas com diversos serviços globais, assim como pelas medidas de estímulo implementadas por alguns governos. Cabe destacar também que o BID está contribuindo ativamente para o crescimento dos serviços globais na região por meio de diversas iniciativas nacionais e regionais, dado que se trata de um tema-chave na estratégia de inserção global competitiva destes países.

Algumas reflexões

O comércio mundial de serviços globais se expandiu rapidamente durante a última década, impulsionado pelo desenvolvimento de novas tecnologias e pelo aprofundamento e ampliação das estratégias de internacionalização das empresas, transformando-se tanto em um fenômeno de exportação como de IED motivado pela necessidade de reduzir custos, melhorar a qualidade e diversificar riscos (GARCÍA, 2013).

Embora o impacto dos serviços globais sobre a economia fornecedora varie segundo o tipo de serviço, em linhas gerais observam-se efeitos positivos, tais como geração de emprego, transferência de tecnologia, potencial para atrair IED, qualificação do capital humano, etc. Isso motivou muitos países a implementar políticas de estímulo a essas atividades, entre as quais se destacam a outorga de benefícios tributários, o desenvolvimento de infraestrutura, a capacitação de mão de obra em necessidades específicas para esses serviços, etc. Entre os países que incentivaram a expansão dos serviços globais destacam-se vários emergentes que se transformaram em atores-chave desse mercado.

O cenário atual parece indicar que o comércio de serviços globais continuará se ampliando durante os próximos anos, impulsionado pelo fortalecimento do *offshoring* na estratégia de mais empresas, pela incorporação de novos países à oferta mundial e pelo maior desenvolvimento de atividades de KPO.

Bibliografia

ÁLVAREZ V., Carlos. 2009. "[Chile, plataforma de Servicios Globales](#)". Santiago de Chile: CORFO.

FERNANDEZ-STARK, Karina. 2012. "[Offshore services global value chain](#)". Center on Globalization, Governance & Competitiveness (CGGC). Duke University. Apresentação na Conferência "Deslocalización de servicios y cadenas globales de valor: ¿Nuevos factores de cambios estructurales en América Latina y el Caribe?" Santiago de Chile, 18-19 outubro.

GARCÍA, Pablo. 2013. "[Comercio Global de Servicios: características generales y determinantes](#)". Curso avançado sobre comércio de serviços. Montevideo: BID. 2-4 de setembro.

----- e PEÑA CAPOBIANCO, Javier. 2012. "[Uruguay en el comercio global de tareas](#)". Montevideo: BID.

GEREFFI, Gary e FERNÁNDEZ-STARK, Karina. 2010. [The Offshore Services Global Value Chain](#). Center on Globalization, Governance & Competitiveness, Duke University.

HERNANDEZ, René A.; MULDER, Nanno; SAUVÉ, Pierre; LOPEZ GIRAL, Dorotea e MUÑOZ NAVIA, Felipe (Ed.). 2014. [Latin America's emergence in global services. A new driver of structural change in the region?](#) Santiago de Chile: Economic Commission for Latin America and the Caribbean.

[1] Veja GARCÍA e PEÑA CAPOBIANCO (2012).

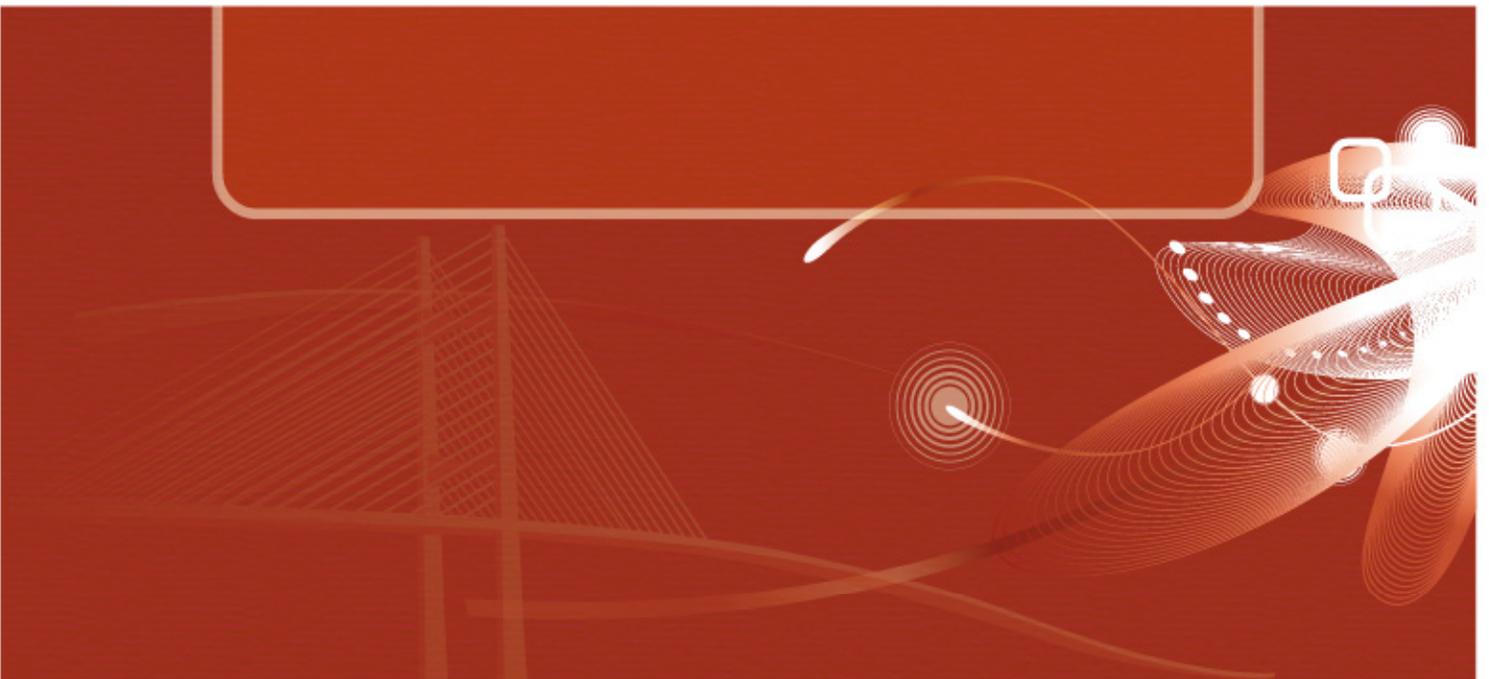
[2] *Ibidem*.

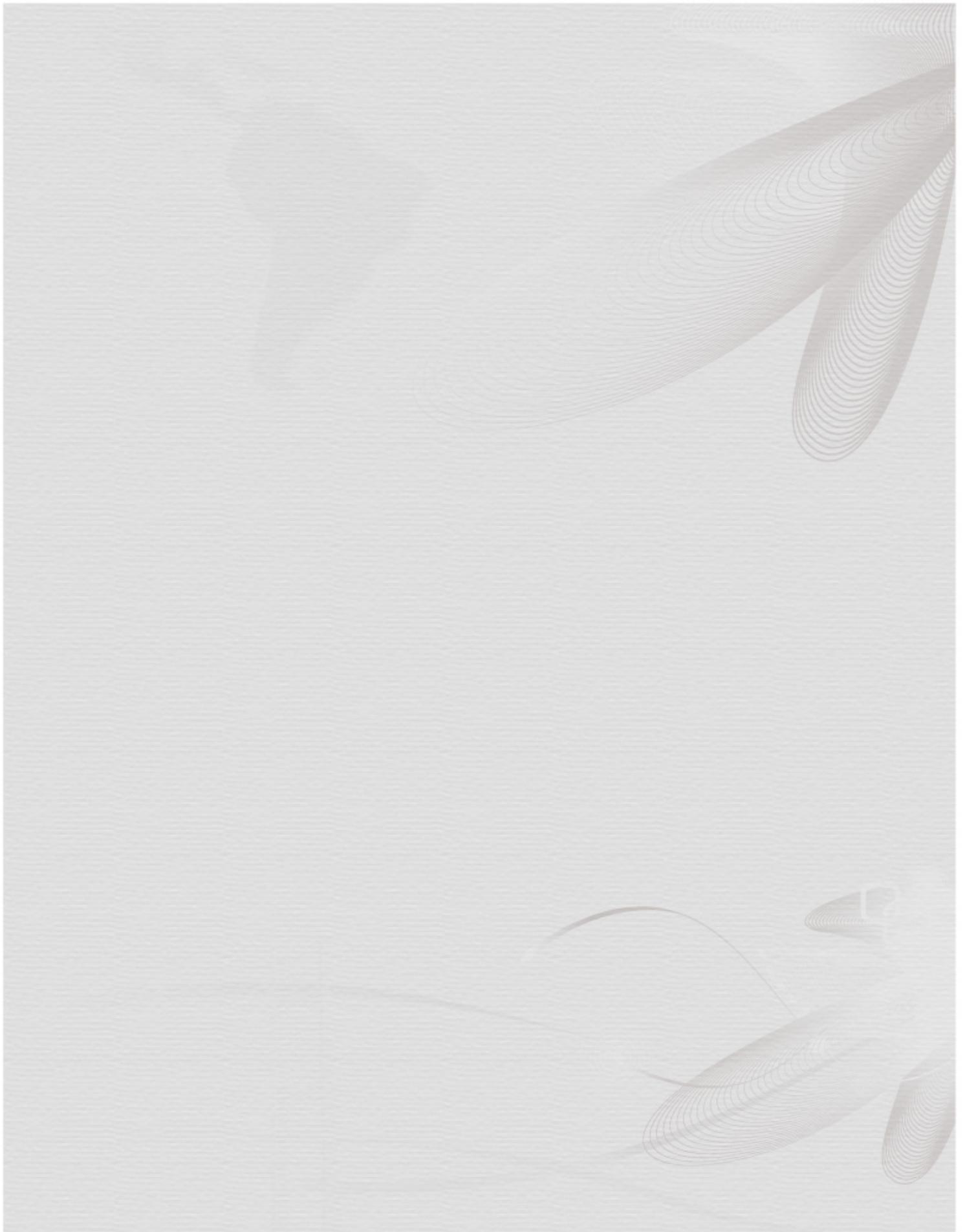
[3] HERNÁNDEZ *et al.* (2014) com dados da MCKINSEY & COMPANY (2008) e do THE BOSTON CONSULTING GROUP (2007).

[4] *A.T. Kearney Global Services Location Index*. Dados de 2011.



Blocos de Integração







Alianza del Pacífico

Panamá avança para a Aliança do Pacífico: terminaram as negociações com o México

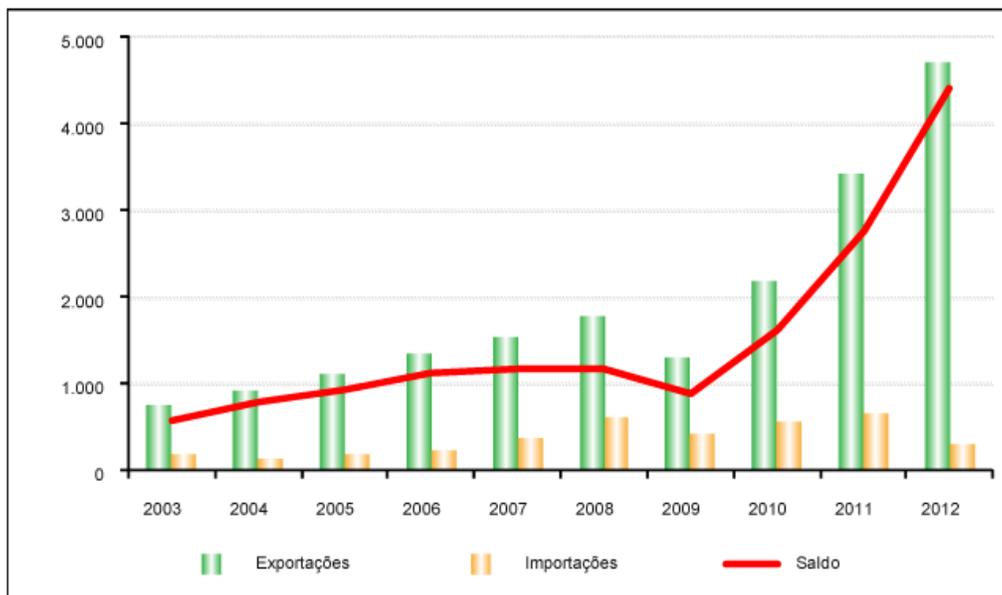
No final de março ocorreu o [encerramento das negociações entre o Panamá e o México](#) para alcançar um Tratado de Livre Comércio. Este acordo substituirá o Acordo de Alcance Parcial (AAP) vigente desde 1986, de caráter unilateral, que outorgava preferências ao Panamá para o ingresso no mercado mexicano.

Este acordo, cuja negociação havia começado em agosto de 2013, facilitará o ingresso do Panamá na Aliança do Pacífico - bloco em que tem o status de Membro Observador Candidato -, ao cumprir um dos principais requisitos para a adesão: a vigência de um TLC com cada um dos membros atuais. O Panamá tem acordos vigentes com o Chile e o Peru desde 2008 e 2012, respectivamente, e [em setembro de 2013 assinou o acordo com a Colômbia](#).

O fluxo de comércio dos países da Aliança de Pacífico com o Panamá foi de cerca de US\$5 bilhões em 2012. Como mostra o Gráfico 1, as exportações do bloco para o Panamá se expandiram fortemente nos últimos anos. As vendas da Colômbia, e em menor nível do México, para o país centro-americano explicam grande parte desse crescimento. Cabe destacar que a Colômbia cobre quase dois terços dos envios totais da Aliança do Pacífico para o Panamá. As importações, por sua vez, tiveram um desempenho fraco, e as participações dos compradores são relativamente equilibradas entre os sócios.

Gráfico 1. Evolução do comércio da Aliança do Pacífico com o Panamá, 2003-2012

US\$ milhões



Fonte: elaboração própria com dados do Comtrade

Os derivados do petróleo representam a maior parte do comércio, com concentração mais expressiva no caso das exportações (Quadro 1). No registro de importações da Aliança do Pacífico vindas do Panamá destacam-se, depois dos óleos de petróleo, as compras de navios.

Quadro 1. Composição do comércio entre a Aliança do Pacífico e o Panamá,
2012

Em%

Exportações	
Descrição	Participação
Óleos crus de petróleo ou de mineral betuminoso	52%
Óleos de petróleo ou de mineral betuminoso, exceto os óleos crus	11%
Medicamentos	5%
Aparelhos receptores de televisão inclusive com aparelho receptor de radiodifusão ou de gravação ou reprodução de som ou imagem incorporado	4%
Barras de ferro ou aço não ligado simplesmente forjadas, laminadas ou extrudadas a quente, assim como as submetidas a torção depois da laminação	1%
Demais produtos	26%

Importações	
Descrição	Participação
Óleos de petróleo ou de mineral betuminoso, exceto os óleos crus	21%
Óleos crus de petróleo ou de mineral betuminoso	14%
Navios transatlânticos para excursões (de cruzeiros), ferry-boats, cargueiros e navios similares	10%
Álcool etílico não desnaturado com teor alcoólico volumétrico inferior a 80%, aguardentes, licores e demais bebidas espirituosas	3%
Medicamentos	2%
Demais produtos	49%

Fonte: elaboração própria com dados do Comtrade

Apesar da baixa importância nos fluxos comerciais do bloco (exceto no caso da Colômbia, onde representa 5% de suas exportações totais), a incorporação do Panamá à Aliança de Pacífico teria uma justificativa estratégica, que enfatiza a criação do bloco como plataforma para a conexão da região com a Ásia, em função do papel do país centro-americano como centro logístico e de transporte internacional.

Textos sobre o assunto

- BID-INTAL. “[América Central olha para o Pacífico](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°202*, junho de 2013.
- BID-INTAL. “[Negociações externas da América Central](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°204*, agosto de 2013.
- BID-INTAL. “[8a Cúpula Presidencial da Aliança do Pacífico](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°210*, fevereiro de 2014.

Caribe promove o desenvolvimento do turismo na região

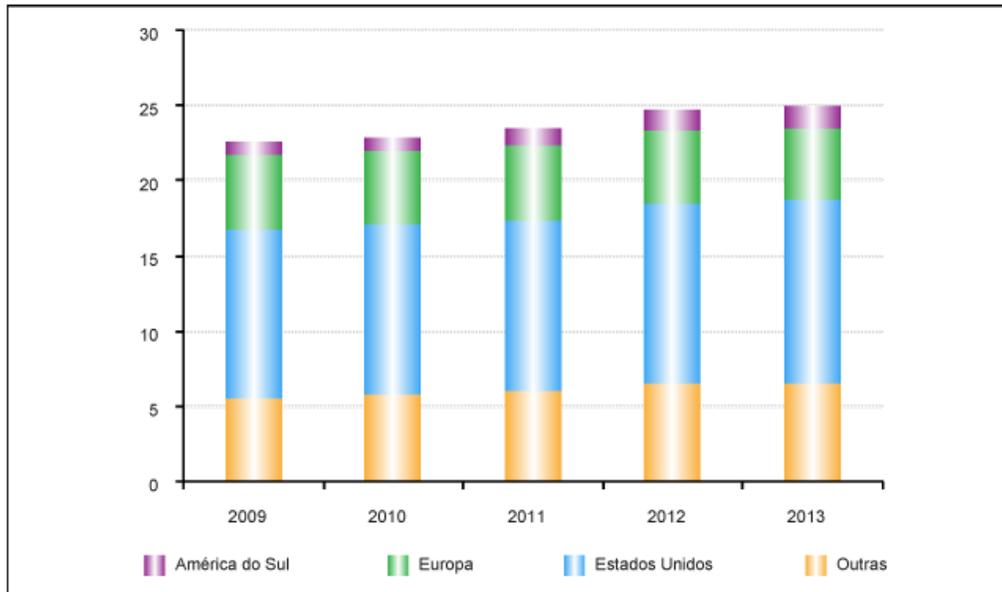
A Organização Mundial do Turismo (OMT) e a [Organização de Turismo do Caribe](#) (OTC) assinaram em 19 de fevereiro um Memorando de Entendimento para avançar no desenvolvimento do turismo sustentável na região e melhorar a competitividade do setor. O documento busca otimizar a cooperação entre os dois organismos na preparação de estratégias regionais para o desenvolvimento do turismo sustentável,[1] a promoção do investimento turístico e as informações sobre o mercado. O principal objetivo é aumentar a competitividade e recuperar a atividade do setor de turismo no Caribe depois do impacto da crise econômica internacional que afetou clientes-chave para o Caribe como os Estados Unidos e a Europa.

O turismo tem um papel fundamental para os países do Caribe. Segundo o [World Travel and Tourism Council](#), o setor contribuiu de maneira direta para 4,4% do PIB (US\$ 15 bilhões) em 2013; mas, se considerarmos os efeitos indiretos que ele gera na economia dos países, atinge 15,3% (US\$ 49 bilhões). Além disso, o turismo contribui para 11,6% do emprego total na região e 11% do investimento total.

Entre 2009 e 2013 a chegada de turistas ao Caribe cresceu 12%, com uma expansão da demanda de todas as origens, exceto da Europa. Embora a chegada de turistas dos Estados Unidos tenha sido a menos dinâmica na etapa posterior à crise, continua sendo o principal emissor de turistas para o Caribe. Cabe destacar, além disso, o forte crescimento do turismo procedente de regiões não tradicionais como a América do Sul e outras, apesar de sua participação ser baixa.

Gráfico 1: Chegada de Turistas ao Caribe, por região

Em milhões



Fonte: Organização de Turismo do Caribe.

[1] Segundo a OMT, o turismo sustentável pode ser definido como “o *turismo que leva plenamente em conta as repercussões atuais e futuras, econômicas, sociais e ambientais para satisfazer as necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades anfitriãs*”. Veja o seguinte [link](#).

Sexta Rodada de Negociação entre Caricom e Canadá

A sexta rodada de negociação para um Acordo Comercial entre a Comunidade do Caribe (Caricom) e o Canadá foi desenvolvida em duas instâncias: de 3 a 6 de março na Jamaica e de 31 de março a 4 de abril no Canadá. A discussão girou em torno de temas de serviços, investimento, propriedade intelectual, meio ambiente, solução de controvérsias e cooperação.

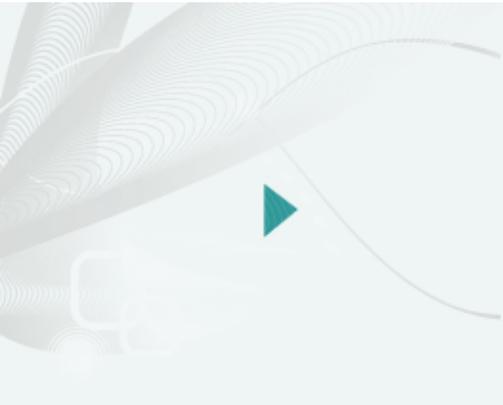
Atualmente as relações comerciais entre as duas partes são regidas pelo Regime de Preferências Comerciais Caribcan, que são preferências unilaterais outorgadas pelo Canadá ao amparo de uma isenção da Organização Mundial do Comércio (OMC); originalmente o Regime terminava em dezembro de 2011 e já foi prorrogado em duas oportunidades. Barbados e Trinidad e Tobago têm também acordos de investimento com o Canadá.

As negociações para um novo acordo, iniciadas em 2009, estão motivadas pelo fato de que a Caribcan já não representa uma vantagem significativa para os países do Caribe. Em primeiro lugar, a liberalização bilateral e unilateral progressiva do Canadá com países concorrentes da Caricom provocou uma erosão nas preferências tarifárias do bloco regional. Além disso, a cobertura deste acordo é limitada quanto a produtos e não inclui o comércio de serviços. Além disso, o risco de que o *waiver* outorgado pela OMC até 2015 não seja renovado é um incentivo adicional para fechar um novo acordo comercial.

O acordo comercial em negociação incluiria a dimensão do desenvolvimento mediante medidas que ajudem a impulsionar as exportações e o mercado interno dos países do Caribe, assim como a realização de programas de cooperação. Do ponto de vista canadense, o acordo visa criar novas oportunidades de investimento em áreas como manufaturas, agricultura e serviços financeiros.

Texto sobre o assunto

- BID-INTAL. [“Quarta Rodada de Negociação para um Acordo de Comércio e Desenvolvimento Caricom-Canadá”](#), em: *Carta Mensal INTAL N°192*, agosto de 2012.



América Central

Integração econômica, competitividade e desenvolvimento na América Central

A região centro-americana buscará aprofundar a integração, melhorar a competitividade e acelerar seu desenvolvimento mediante o Programa *Compíte Centroamérica*. Esta iniciativa dará assistência técnica para o desenvolvimento das capacidades produtivas e competitivas do setor privado regional por meio da inovação e da agregação de valor, facilitando o comércio e o investimento. Com este objetivo, em 6 e 7 de março na Guatemala, a Secretaria de Integração Econômica da América Central (Sieca), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizaram um *workshop* para identificar as prioridades da estratégia que se encontra em fase de projeto. O programa buscará facilitar o diálogo público-privado, reforçar a institucionalidade, apoiar as PMEs e realizar reformas de políticas públicas regionais para melhorar o clima de negócios entre os países centro-americanos com o fim último de contribuir para melhorar a renda e a qualidade de vida da população dos países da região.

Mais informações no seguinte [link](#).

Nicarágua avança na integração comercial com a região

Uruguai amplia as preferências outorgadas à Nicarágua no âmbito da Aladi

A Nicarágua entrou formalmente na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) em março de 2012. A adesão ao Tratado de Montevideu de 1980 transforma o país no décimo quarto membro do bloco regional.

A Nicarágua é considerada pela Aladi como um país com menor desenvolvimento econômico relativo (PMDER), igual à Bolívia, ao Equador e ao Paraguai, razão pela qual as preferências tarifárias têm o caráter de não recíprocas.

Nesse âmbito, em março deste ano o Uruguai outorgou à Nicarágua uma ampliação considerável da lista de produtos originários desse país centro-americano que ingressarão no mercado uruguaio livres do pagamento de tarifas à importação, de 40 para 446 linhas tarifárias.

Mais informações no seguinte [link](#).

Texto sobre o assunto

- BID-INTAL. “[Nicarágua entra para a Aladi](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°188*, abril de 2012.

Nicarágua assina Acordo de Alcance Parcial com Cuba

As negociações, que haviam começado em setembro de 2013, tiveram como decorrência a [assinatura do Acordo de Alcance Parcial](#) no último mês de março. O Acordo implica um aprofundamento do que foi negociado no âmbito do processo de adesão da Nicarágua à Aladi. Com a entrada em vigência, ingressarão livres de tarifas no mercado cubano os principais produtos de exportação nicaraguenses, como frango, açúcar, mel, embutidos, charutos, porco, produtos lácteos, têxteis, móveis de madeira, artesanatos, tubos de PVC, vasos sanitários e pias, metais sanitários, entre outros. A maior parte desses produtos será excluída das preferências outorgadas pela Nicarágua a Cuba por se tratarem de setores altamente sensíveis para o país centro-americano.

Entre os produtos que serão de livre comércio entre as duas economias se encontram carne bovina, café, mariscos, leite fresco, arroz, álcool etílico, rum, biscoitos, farinhas e cimento.

Honduras reata negociações de um TLC com Peru

No âmbito da estratégia de Honduras de aproximação com a Aliança do Pacífico, [serão reatadas as negociações com o Peru](#) para um tratado de livre comércio (TLC).

Atualmente, Honduras tem acordos vigentes com os demais sócios do bloco: com o Chile desde 2008, com a Colômbia desde 2010 e com o México desde 2013.[1] Se as negociações com o Peru forem bem-sucedidas, Honduras cumprirá o requisito de ter um TLC com todos os membros para conseguir o acesso à Aliança do Pacífico.

As negociações entre Honduras e o Peru que se realizavam em conjunto com os demais países centro-americanos estavam estagnadas desde 2011.[2]

As pendências incluem acesso a mercados, regras de origem, entrada temporária de empresários, compras públicas e propriedade intelectual. Com o objetivo de avançar rapidamente e fechar o acordo antes do fim de ano, as equipes de negociação reataram o trabalho conjunto por meio de uma videoconferência em meados de abril e uma nova rodada de negociação será realizada em Lima em data a ser definida.

Mais informações no seguinte [link](#).

Textos sobre o assunto

- BID-INTAL. “[Tratado de Livre Comércio América Central – Peru: Minirrodada de Negociações](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°176*, abril de 2011.
- BID-INTAL. “[Colômbia e Peru em 2012: avanços na agenda comercial externa](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°197*, janeiro de 2013.

[1] Cabe esclarecer que esta data corresponde à entrada em vigência do TLC único entre o México e a América Central. Antes disso, Honduras tinha um acordo que foi substituído por este.

[2] Só Honduras e El Salvador não puderam encerrar as negociações.

Nova rodada de negociações entre Trinidad e Tobago e El Salvador

De 7 a 11 de abril foi realizada a terceira rodada de negociações para um Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, um Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica e um Acordo de Cooperação no Setor de Turismo entre El Salvador e Trinidad e Tobago. Na rodada foram finalizados os capítulos do Acordo de Alcance Parcial correspondentes a medidas sanitárias e fitossanitárias, obstáculos técnicos ao comércio, defesa comercial, solução de controvérsias e assuntos institucionais. Ficam ainda pendentes de abordagem os temas de acesso a mercados e regras de origem.

Nos últimos cinco anos o comércio entre essas duas economias triplicou, embora ainda represente uma baixa porcentagem do intercâmbio total de cada um. El Salvador importa de Trinidad e Tobago principalmente matérias-primas como ferro e aço, gás natural e petróleo e seus derivados, exportando para a economia caribenha manufaturas de plástico, ferramentas de ferro e aço, alimentos e bebidas, entre outros.

O Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos busca impulsionar os fluxos de capital fornecendo um marco legal que garanta segurança.

O Acordo de Cooperação em Turismo tentará promover o fluxo de visitantes, atrair investidores e desenvolver atividades conjuntas.

Espera-se que as negociações terminem antes da metade do ano.

Mais informações no seguinte [link](#).



Comunidade Andina

CAN e União Europeia fazem investimentos para melhorar a produtividade na fronteira Bolívia-Peru

No âmbito do projeto “[Apoio à coesão econômica e social na Comunidade Andina](#)” (Cescan II) da Comunidade Andina de Nações (CAN) e da União Europeia (UE), em 21 de março foi inaugurado o primeiro dos quatro sistemas de irrigação que beneficiará as comunidades campesinas da zona de fronteira[1] Bolívia-Peru. Este sistema visa melhorar a produção agrícola mediante o uso racional de recursos hídricos do Lago Titicaca, contribuindo para a segurança alimentar dos habitantes da região.

O projeto Cescan II tem por objetivo oferecer apoio técnico e financeiro para ações de desenvolvimento social em fronteiras e promover o trabalho conjunto das autoridades nacionais e locais dos países da CAN em zonas fronteiriças. Conta com um orçamento total de € 8,2 milhões, dos quais a UE aporta 79% do total e a CAN, os 21% restantes. O programa é de grande importância já que 10% da população dos países da CAN vive em áreas fronteiriças e 32% do comércio intracomunitário é realizado por fronteiras terrestres.

Texto sobre o assunto

- BID-INTAL. “[CAN: Avanços na Estratégia Andina de Cooperação Transfronteiriça](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°200*, abril de 2013.

[1]A Comunidade Andina denomina *zonas fronteiriças* as áreas geográficas naturais e privilegiadas de articulação das economias e sociedades dos países-membros. Os países andinos adotaram, por meio da [Decisão 459](#), a **Política Comunitária para a Integração e o Desenvolvimento Fronteiriço**, como um componente essencial do fortalecimento e da consolidação do processo de integração sub-regional e regional. O objetivo fundamental desta política é melhorar a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento de suas instituições, nas zonas territoriais fronteiriças entre os países da CAN.

Segunda Rodada de Negociações Equador- União Europeia

A [Segunda Rodada de Negociações](#) para a assinatura de um acordo comercial entre o Equador e a União Europeia (UE) foi realizada de 31 de março a 2 de abril em Manta, Equador.

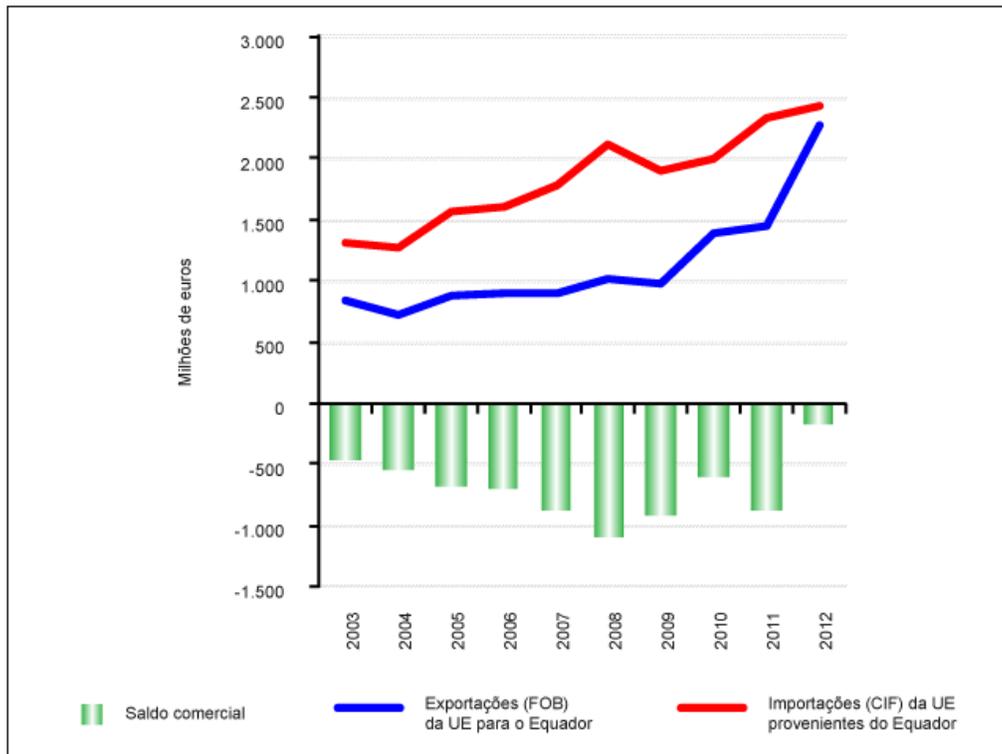
Reuniram-se os negociadores das mesas de Regras de Origem, Acesso ao Mercado de Bens Industriais, Serviços, Acesso ao Mercado de Agricultura, Indicações Geográficas e Contratação Pública. Apesar de as negociações terem sido realizadas a portas fechadas, o [Ministério de Comércio](#) assinalou que elas se encontram quase concluídas com relação aos temas de acesso ao mercado industrial e de serviços e que fica pendente para uma terceira rodada de negociação conseguir maiores avanços nos temas de Origem, Acesso ao Mercado de Agricultura, Indicações Geográficas e Contratação Pública.

Os antecedentes das negociações remontam a 2007, quando começou a ser discutida a possibilidade de assinar um acordo entre a CAN e a UE. No entanto, a falta de uma posição comum entre os países do bloco andino levou à suspensão das negociações birregionais. Enquanto a Bolívia se retirou das negociações, Colômbia, Peru e Equador continuaram negociando de forma independente visando estabelecer um Acordo Comercial Multipartes. Em 2008 o Equador suspendeu a negociação com a UE por divergências sobre segurança social e direitos trabalhistas de trabalhadores migrantes legalmente empregados na UE, a política equatoriana de “compre nacional”, os acordos bilaterais de investimentos com os países da UE, e o conflito em torno da banana.[1] As negociações foram reatadas em março de 2010.

O acordo tem grande relevância para o Equador já que em dezembro de 2014 expira o Sistema de Preferências Tarifárias (SGP Plus), pelo qual alguns produtos equatorianos ingressam livres de tarifas no mercado europeu. Por exemplo, as exportações de atum, que representam atualmente 19% das exportações não petroleiras para a UE deveriam enfrentar uma tarifa de 24%. Por sua vez, a UE espera obter com o acordo maior previsibilidade para seus investimentos.

De 2003 a 2012, as exportações da UE para o Equador aumentaram a um ritmo médio anual acumulativo de 12% a.a. e as importações da UE provenientes do Equador a um ritmo de 7% a.a. (Gráfico 1).

Gráfico 1: Comércio União Europeia-Ecuador



Fonte: Comissão Europeia.

A UE é o segundo sócio comercial do Equador, representando 11,6% de seu intercâmbio total com o mundo. Em contraste com esse dado, o país andino representa só 0,1% do comércio da UE com o mundo.[2]

As exportações pelo Equador para a UE são constituídas quase totalmente de produtos primários (96,7% em 2012), entre os quais se destacam frutas e produtos pesqueiros, enquanto as compras equatorianas da UE se compõem principalmente de manufaturas (63,3% em 2012).

Textos sobre o assunto

- BID-INTAL. “[Colômbia e Peru fecham acordado com a UE e Equador retoma negociações](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº 163*, março de 2010.
- BID-INTAL. “[As negociações e os acordos de associação entre a América Latina e o Caribe e a UE](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº 165*, maio de 2010.
- BID-INTAL. “[Assinado Acordo Comercial entre UE, Colômbia e Peru](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº 191*, julho de 2012.
- BID-INTAL. “[Concluída oficialmente a disputa pela banana](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº 195*, novembro de 2012.
- BID-INTAL. “[Primeira rodada de negociações Equador-União Europeia](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº 209*, janeiro de 2014.

[1]Veja BID-INTAL. “[Concluída oficialmente a disputa pela banana](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº195*, novembro de 2012.

[2] http://eeas.europa.eu/delegations/ecuador/eu_ecuador/trade_relation/bilateral_agreement/index_es.htm.

Novas iniciativas para financiamento do comércio

Autoridades da Argentina e do Brasil assinaram um [memorando de entendimento sobre financiamento do comércio bilateral](#), cujo objetivo é reduzir o risco cambial entre operadores comerciais e financeiros, facilitar o intercâmbio e garantir os fluxos de pagamentos das operações. Os dois países se comprometeram a analisar o desenvolvimento de instrumentos financeiros para diminuir o risco cambial das operações, além de evitar as restrições injustificadas[1] ao comércio bilateral. Em especial, avaliarão a possibilidade de emitir títulos em moeda nacional com ajuste segundo a variação do câmbio, a prazos superiores ou iguais a 90 dias, de modo que sejam compatíveis com as transações comerciais. Além disso, os operadores de comércio exterior poderão levar às autoridades de seus países as dificuldades relativas ao financiamento e a outros inconvenientes relacionados com os fluxos comerciais, com o objetivo de resolver e/ou colocar os inconvenientes para a autoridade do país sócio.

Este mecanismo proposto é diferente do [Sistema de Pagamentos em Moeda Local](#) (SML), que não constitui um instrumento de financiamento nem cobertura cambial, mas sim busca reduzir os custos de transação por meio do pagamento das operações de comércio bilateral de mercadorias em pesos argentinos ou em reais. Apesar de o SML estar vigente desde outubro de 2008, sua utilização é pouco significativa no intercâmbio total entre os dois países.

[1] Estas medidas excluem as permitidas pelo art. 50 do Tratado de Montevideu: proteção da moral pública; segurança; armas, munições e outros materiais de guerra e, em circunstâncias excepcionais, de todos os demais artigos militares; proteção da vida e da saúde das pessoas, dos animais e dos vegetais; ouro e prata metálicos; proteção do patrimônio nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; e materiais nucleares, produtos radioativos ou qualquer outro material utilizável no desenvolvimento ou aproveitamento da energia nuclear.

Assuntos bilaterais de países do Mercosul

Durante o último mês os países do Mercosul discutiram bilateralmente diversos temas de relevância para a integração. Além do memorando de entendimento sobre o comércio bilateral assinado entre a Argentina e o Brasil ([ver em separado](#)), destacam-se os seguintes avanços:

- *Argentina-Paraguai: [6ª Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral](#)*

Depois de três anos sem encontros desta Comissão, os dois países discutiram sobre temas relevantes para o intercâmbio bilateral. Destacam-se questões relacionadas com a navegação da Hidrovia Paraná-Paraguai; em especial foi acordada a criação de um grupo de trabalho para tratar temas portuários e alfandegários.

- *Argentina-Uruguai: [Acordos de dragagem e construção de ponte binacional](#)*

Foram registrados progressos em dois assuntos-chave para a integração e o comércio dos dois países. Por um lado, foi aprovado um cronograma de obras e pagamentos para a dragagem do Rio Uruguai, sobre a base dos [acordos](#) assinados pelos chanceleres de ambos os países no início de março. Segundo o previsto, as obras devem começar em julho e os dois países as realizarão em conjunto com sua própria maquinaria.

Por outro lado, foi acordado iniciar o processo de licitação para os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental da construção de uma ponte binacional entre Bella Unión (Artigas, Uruguai) e Monte Caseros (Corrientes, Argentina). A ponte favorecerá o trânsito bioceânico e permitirá reduzir distâncias de percurso e seus custos decorrentes.

- *Paraguai-Uruguai: [Reunião de consultas políticas](#)*

No âmbito do mecanismo de consultas políticas orientadas a fortalecer os vínculos bilaterais, foram acordados os principais âmbitos de ação para o trabalho do Grupo de Alto Nível ([GAN](#)) Uruguai-Paraguai, criado em fevereiro passado. Entre as áreas de trabalho mais relevantes destacam-se: livre circulação de bens, serviços e pessoas, complementação produtiva, logística e infraestrutura e posicionamento comum em organismos regionais.

O BID financiará estudos de viabilidade para ponte binacional El Dorado - Mayor Otaño

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiará estudos de factibilidade do Programa de Investimentos em Infraestrutura de conectividade para as cidades de Mayor Otaño (Itapúa, Paraguai) e El Dorado (Misiones, Argentina).

O [projeto](#), de caráter binacional, integra a [Carteira](#) do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e do [Programa Binacional de Otimização da Conectividade Territorial entre a Argentina e o Paraguai](#).

O estudo avaliará a factibilidade técnica, a rentabilidade econômica e a sustentabilidade ambiental e institucional da construção de uma ponte fronteiriça e a adequação de infraestrutura complementar, assim como melhoras de caráter operacional e institucional. Além de analisar o sistema atual e seus déficits, o estudo proporá alternativas para uma solução integral e definirá as características e localização geográfica da ponte, a localização e modalidade mais conveniente para a instalação de um Centro Integrado de Fronteira, a viabilidade de uma readequação portuária e as necessidades de ampliação ou pavimentação das conexões com a rede viária troncal. O montante da cooperação técnica aportado pelo BID é de US\$ 550.000, e está prevista uma contribuição equivalente a 20% do custo total do estudo, provida em espécie pela Argentina e pelo Paraguai. O Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da Argentina será o encarregado da contratação de uma empresa de consultoria internacional para a realização do estudo, cujo início está previsto para meados de 2014.



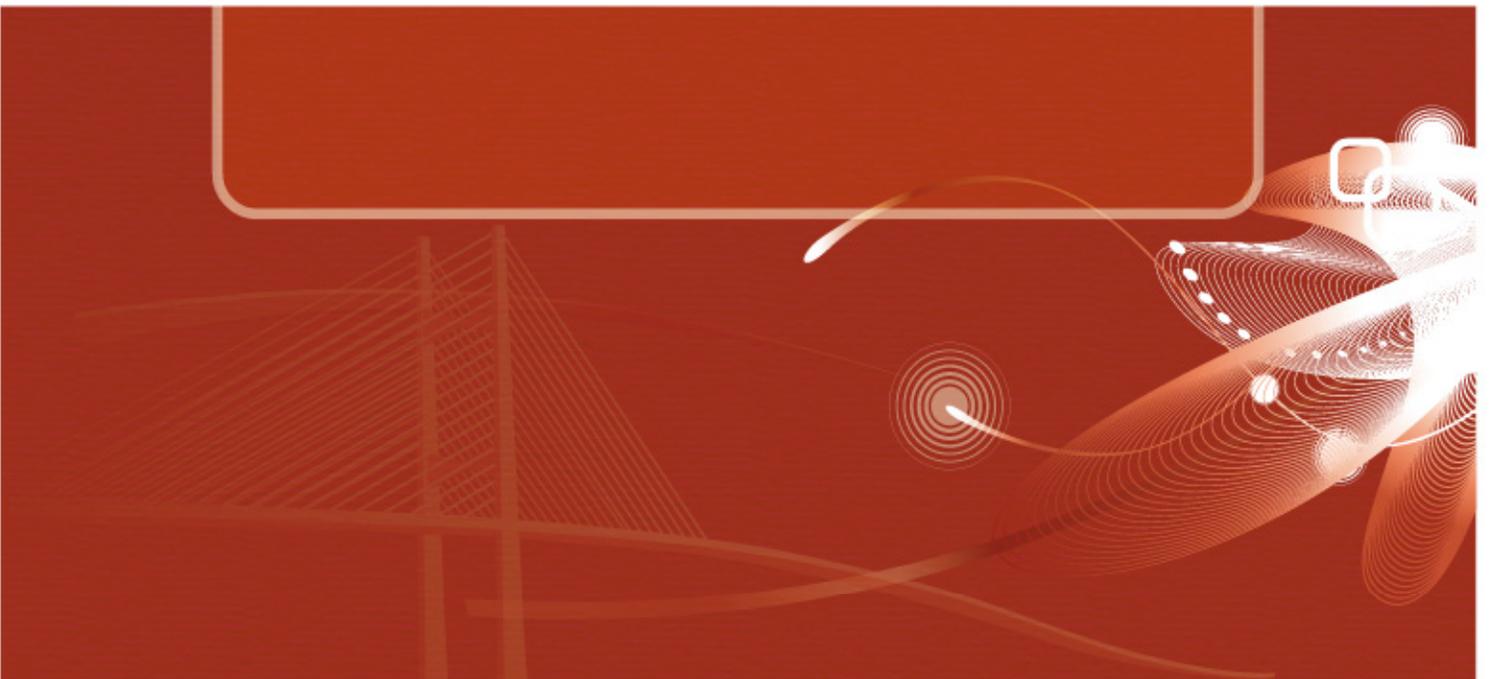
Entra em vigência a cláusula democrática da Unasul

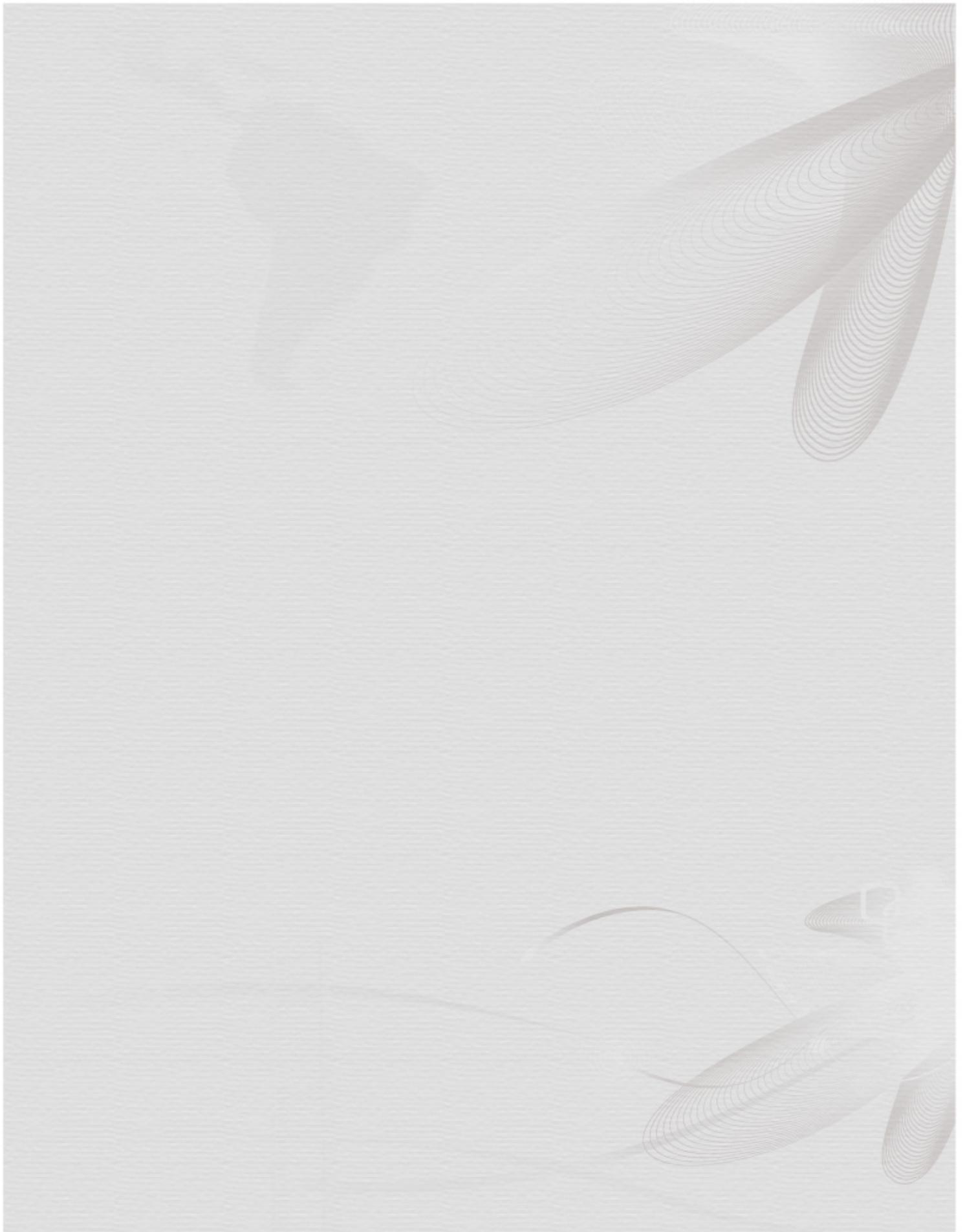
Em 19 de março entrou em vigência a [cláusula democrática da Unasul](#), a qual será aplicada “*em caso de ruptura ou ameaça de ruptura da ordem democrática, de uma violação da ordem constitucional ou de qualquer situação que ponha em risco o legítimo exercício do poder e da vigência dos valores e princípios democráticos*”. Frente a uma situação deste tipo, os países-membros da Unasul podem aplicar diferentes sanções ao país onde ocorrerem os fatos, entre as quais se encontram: a suspensão de participar dos diversos órgãos da Unasul; o fechamento parcial ou total das fronteiras; a suspensão ou limitação do comércio e/ou do fornecimento de energia e a adoção de sanções políticas e diplomáticas adicionais. Além disso, destaca-se que os países colaborarão para apoiar a restauração da constitucionalidade no país afetado.

A cláusula foi assinada pelos países-membros em novembro de 2010 e até o momento foi ratificada por 10 dos 12 países da Unasul: Guiana, Peru, Chile, Argentina; Venezuela; Suriname, Equador, Bolívia, Uruguai e Colômbia; e está em processo de ratificação por parte do Brasil e do Paraguai.



Panorana Regional e Global





Estados Unidos iniciam investigação antidumping no setor açucareiro do México

Em 28 de março a *American Sugar Coalition* - que reúne os principais produtores de açúcar e adoçantes dos Estados Unidos - apresentou uma [petição à Comissão de Comércio Internacional do seu país para que sejam investigadas as importações destes produtos do México](#). Os produtores alegam que o setor se encontra subsidiado pelo governo mexicano e que as vendas para o mercado americano se realizam a preços menores que os do mercado local.

O setor foi motivo de numerosas disputas entre o México e os Estados Unidos, inclusive antes da criação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). Uma das principais disputas surgiu quando o México aplicou uma tarifa sobre as bebidas que não utilizassem açúcar de cana nacional em 2002, ao que os Estados Unidos responderam com uma ação no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A sentença a favor dos Estados Unidos se refletiu no compromisso do México de eliminar a tarifa no início de 2007. Além disso, os dois países conseguiram um acordo que regulou o comércio de açúcar até 2008, quando o livre comércio do setor se tornou efetivo – como tinha sido acordado no TLCAN.

A importância dos respectivos mercados se mostra no Quadro 1: mais da metade das importações totais de açúcar dos Estados Unidos são oriundas do México, enquanto o mercado americano explica quase dois terços das exportações açucareiras mexicanas.

Quadro 1. Estoques, produção, consumo e comércio de açúcar dos Estados Unidos e do México, 2013-2014

Em milhares de toneladas métricas

	México		Estados Unidos	
Estoque inicial		1.548		1.959
Produção		6.731		7.906
	Importações	240		2.888
			<i>Do México</i>	1.583
	Consumo interno	4.971		10.933
	Exportações	2.543		295
		<i>Para os Estados Unidos</i>	1.584	
Estoque final		1.004		1.526

Fonte: USDA.

A Comissão deverá apresentar uma determinação preliminar sobre a investigação em 12 de maio.

Mega-acordos: novas rodadas de negociações

No mês de março e no início de abril foram realizadas novas rodadas de negociação dos chamados “mega-acordos”, que incluem as principais economias do mundo.

A [quarta rodada para um Tratado de Livre Comércio \(TLC\) entre Japão, China e República da Coreia](#) realizou-se de 4 a 7 de março em Tóquio, Japão. Os principais temas de discussão foram comércio de bens e serviços, investimentos e políticas de concorrência.

Por outro lado, de 31 de março a 4 de abril foram realizadas a [quinta rodada do Acordo de Associação Econômica entre o Japão e a União Europeia](#) e a [quarta rodada do Acordo de Associação Econômica Integral Regional](#) (RCEP, sigla em inglês). O Japão e a União Europeia realizaram o intercâmbio de ofertas, entre outros avanços, enquanto [o RCEP trabalhou principalmente nas formas de redução tarifária e na liberalização de serviços e investimentos](#). Além disso, foi decidida a criação de dois grupos: de medidas sanitárias e fitossanitárias, e de padrões e regulamentações técnicas.

Textos sobre o assunto:

- BID–INTAL. “[Cenários de integração no Pacífico](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº200*, abril de 2013.
- BID–INTAL. “[Cenários de negociação nas principais economias](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº201*, maio de 2013.
- BID–INTAL. “[Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº204*, agosto de 2013.
- BID–INTAL. “[Terceira rodada de negociação do Acordo-Quadro para a Cooperação Econômica Integral Regional](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº210*, fevereiro de 2014.



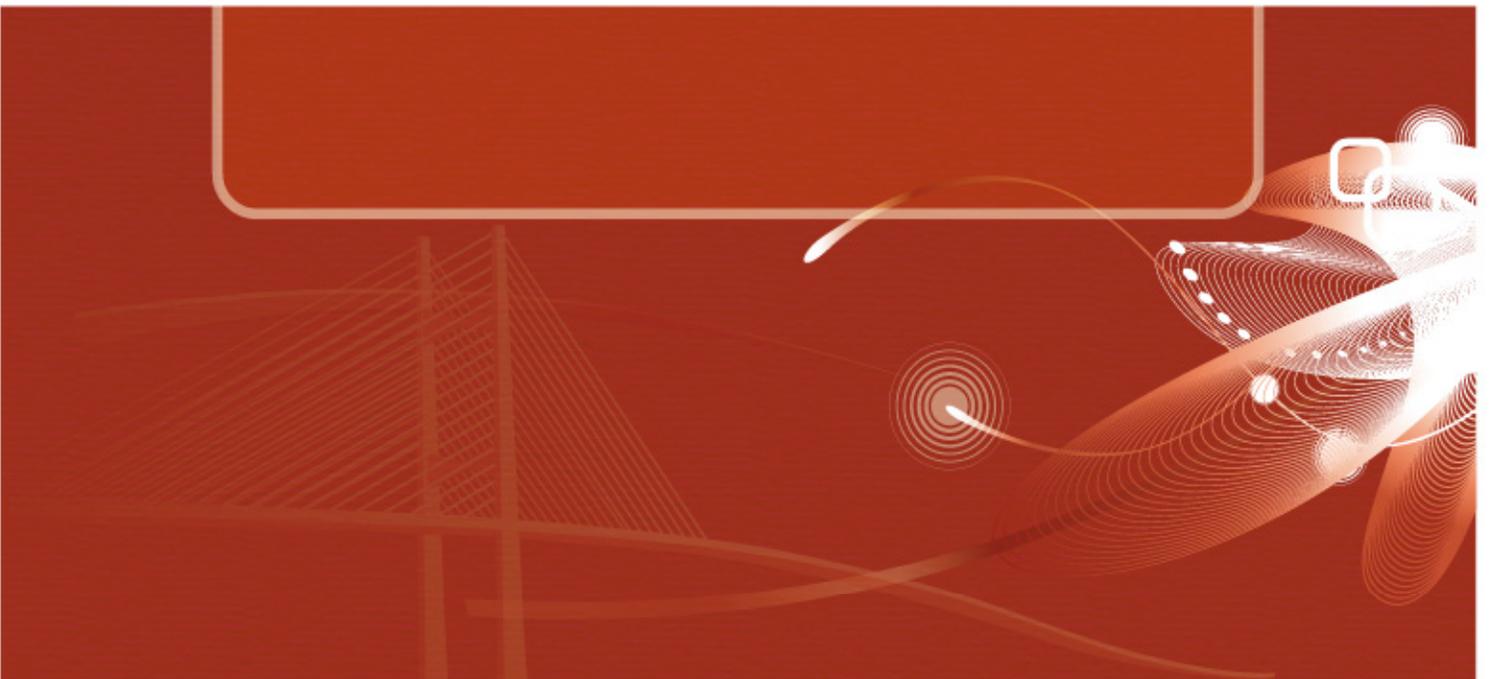
Fórum econômico mundial na América Latina: década de oportunidades

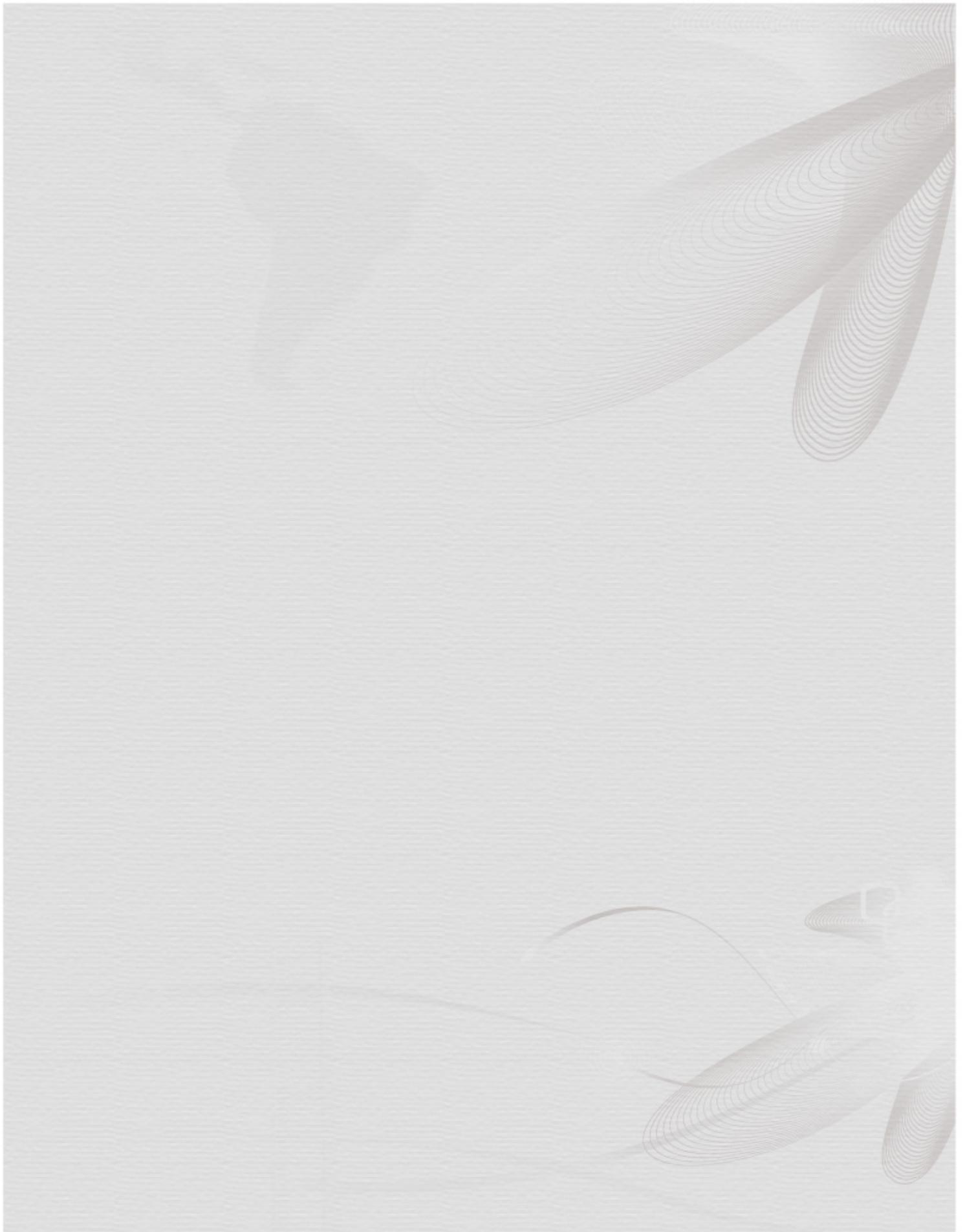
De 1 a 3 de abril foi realizado no Panamá o [Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina](#) com o tema “Abrindo caminhos para o progresso compartilhado”.

Participou do evento o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Luis A. Moreno, que [destacou](#) a presente década como um período de oportunidades para a região.



Setor de Integração e Comércio







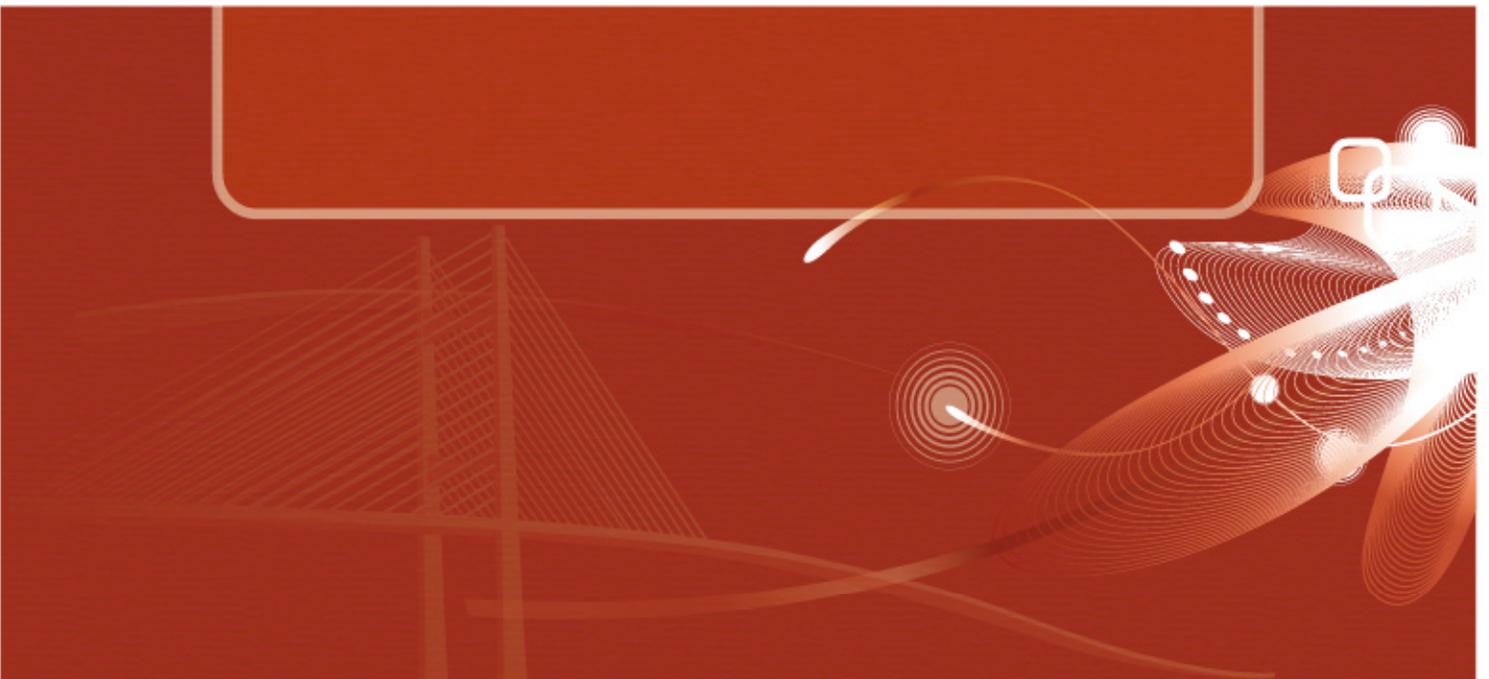
BID apresenta o ConnectAmericas, uma nova rede social para ajudar as empresas a se tornarem globais

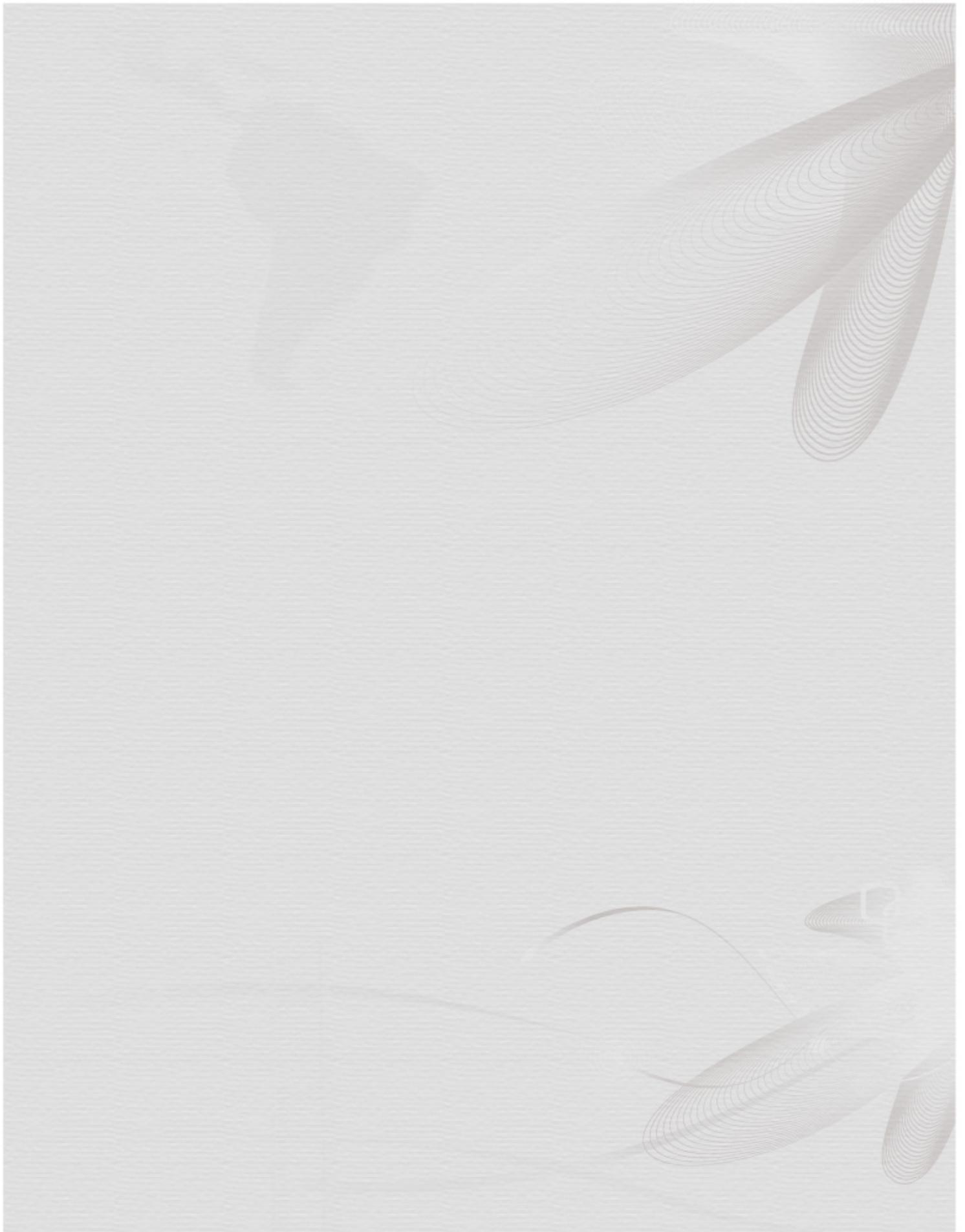
Google, DHL, Visa e Alibaba.com se juntam ao BID para criar uma plataforma online para PMEs acessar em contatos de negócios, cursos online, dicas sobre exportação e oportunidades de financiamento ([link](#)).





Outras Atividades do BID







Reunião Anual das Assembleias de Governadores (BID-CII 2014)

Em 2014, a Reunião Anual teve lugar em Costa do Saúípe, Bahia, Brasil, de 27 a 30 de março. Antes da abertura da reunião, o Banco e o país anfitrião patrocinaram uma série de seminários sobre temas de interesse para os participantes.

As Assembléias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Interamericana de Investimentos (CII) celebram sua Reunião Anual no final de março ou começo de abril em um dos seus países membros. Esse encontro oficial representa um fórum de debates para os Governadores do BID e da CII, em sua maioria ministros das finanças, presidentes de bancos centrais e seus assessores ([link](#)).



Previsão de crescimento das economias da América Latina e do Caribe em 2014 é de 3%

Reformas para estimular a produtividade e ganhar espaço nas políticas públicas são essenciais para reduzir o impacto do aperto monetário nos Estados Unidos ou a redução do crescimento da China ([link](#)).



BID e JICA promoverão a energia renovável e a eficiência energética na América Central e no Caribe

A JICA oferecerá até US\$1 bilhão em empréstimos concessionais. Acordo de cofinanciamento promove investimentos em energia renovável e eficiência energética para mitigar os impactos negativos da mudança climática até 2017 ([link](#)).



Nueva encuesta arroja luces sobre el comportamiento financiero de los migrantes de América Latina y el Caribe en EE.UU.

Un estudio publicado por el Fondo Multilateral de Inversiones del BID y el Diálogo Interamericano identifica la necesidad de productos de ahorro formales para clientes de remesas ([link](#)).



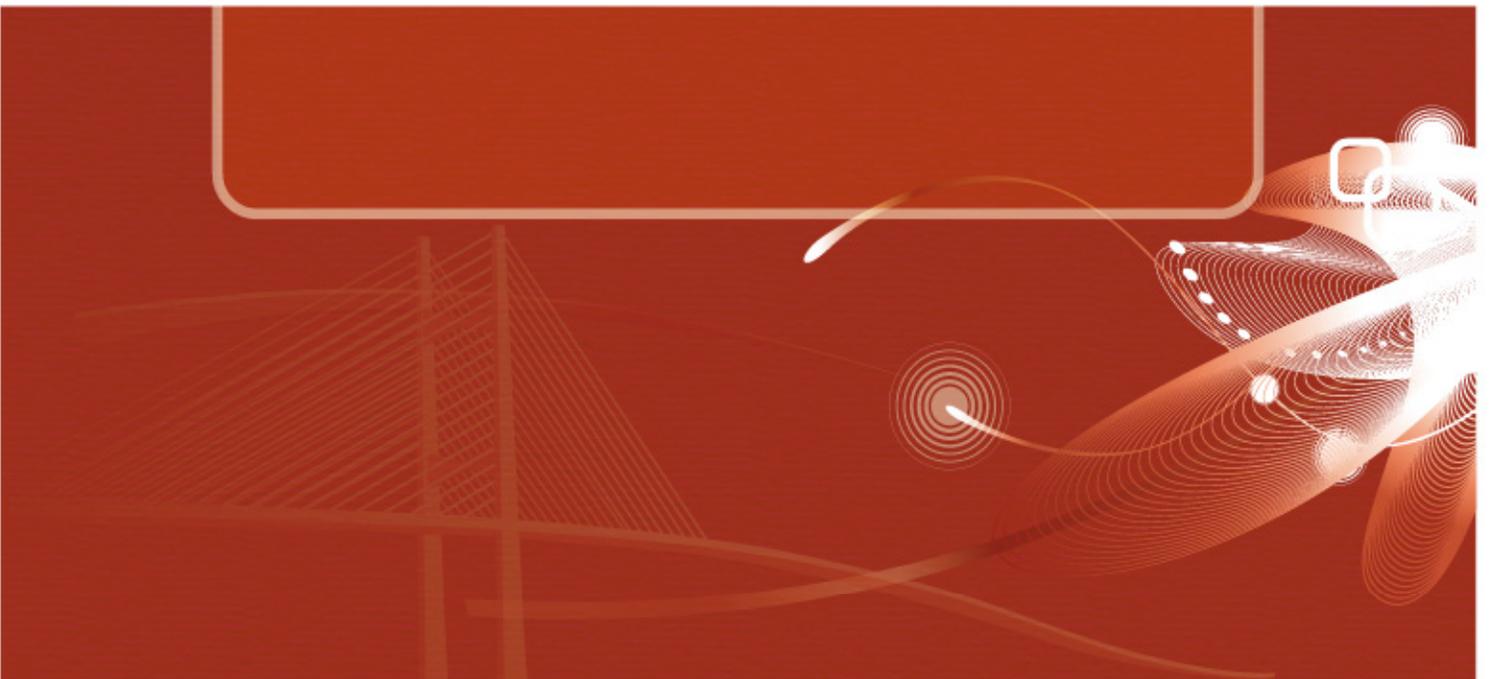
Secretario General de la ONU discute en el BID los Objetivos de Desarrollo del Milenio después de 2015 y el cambio climático

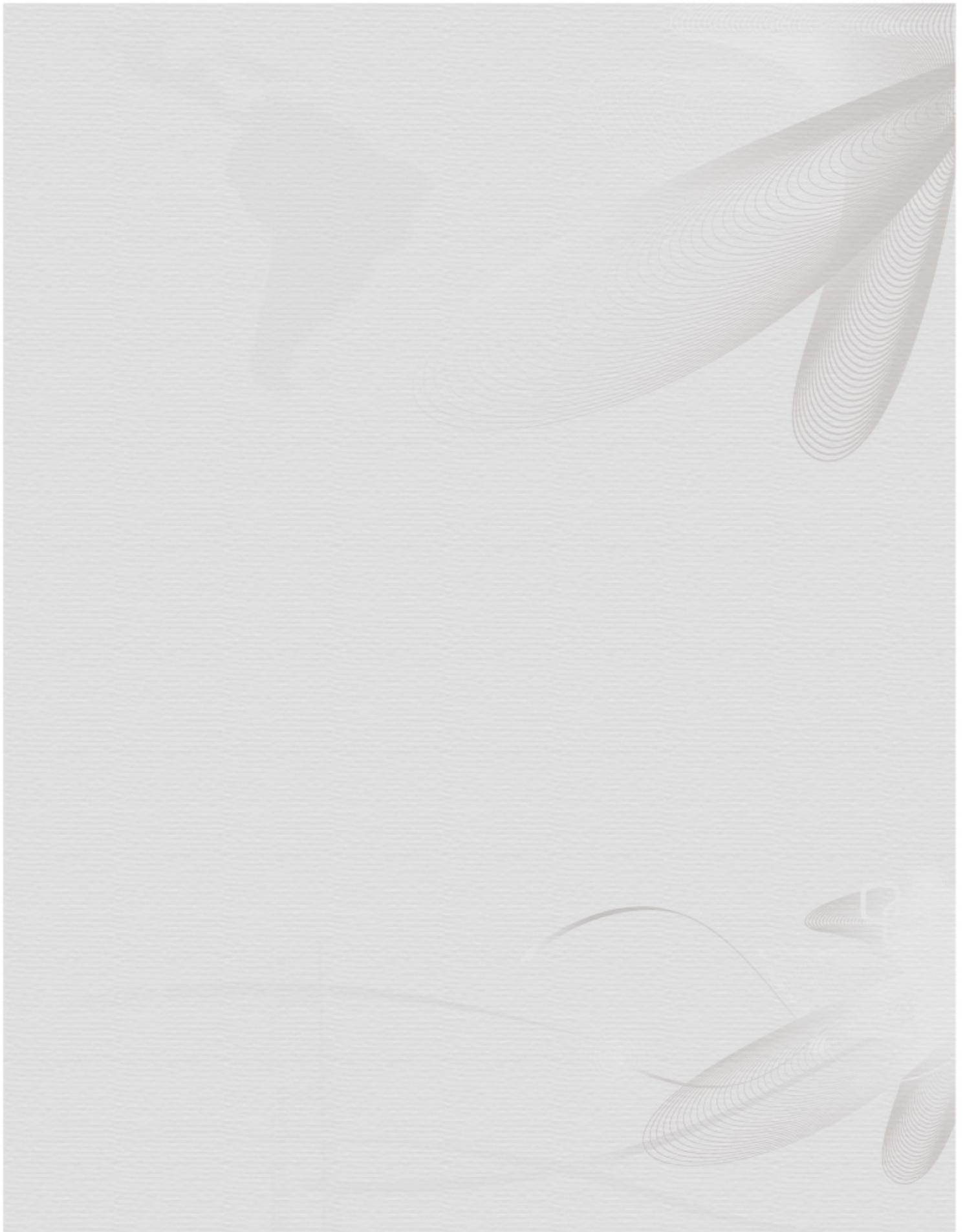
Ban Ki-moon se reúne con directores ejecutivos y miembros de la Alta Administración del Banco ([link](#)).





Centro de Documentação INTAL







Reseñas Bibliográficas

TEXIDÓ, Ezequiel; GURRIERI, Jorge; ARTOLA, Juan. Panorama Migratório de América del Sur 2012. Buenos Aires: Organización Internacional para las Migraciones (OIM) - Oficina Regional para América del Sur, octubre de 2012.

Além dos impactos sobre o comércio e o investimento, os acordos de integração podem servir como ponto de partida para a mobilidade do trabalho entre os países-membros. O “Panorama Migratório da América do Sul 2012” da Organização Internacional para as Migrações (OIM) pode ser lido nesta perspectiva, principalmente a partir da sua análise da normativa sobre fluxos migratórios da Comunidade Andina (CAN) e do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Ambos os processos aspiram ser mercados comuns, o que implica a livre circulação de bens, serviços e fatores (incluindo os trabalhadores).

Em primeiro lugar, o trabalho apresenta os padrões migratórios intra e extrarregionais predominantes da região, baseando-se nas estatísticas do período 2000-2012. Ressalta que, na última década e especialmente depois de 2008, se produziu uma reorientação de migrantes sul-americanos para países da própria região, em oposição à emigração sul-americana para a América do Norte e a Europa predominante em décadas anteriores. Os principais fluxos migratórios da região são do Paraguai e da Bolívia para a Argentina e, com um fluxo menor, da Colômbia para a Venezuela e o Equador, do Peru para a Argentina e o Chile e da Bolívia para o Brasil.

Em segundo lugar, o documento trata de temas como programas de retorno de emigrantes nacionais à região sul-americana e os fluxos de remessas baseando-se em informações do Fundo Multilateral de Investimentos (Fomin) do Grupo BID, entre outros.



Em terceiro lugar, a pesquisa descreve o marco jurídico e institucional relativo às migrações nos países sul-americanos, desde sua inclusão nas Constituições nacionais até as Leis migratórias de cada país, como também quais são as instâncias institucionais com competência no desenho e execução da política migratória. O trabalho destaca que a migração irregular não se origina tanto na passagem pelas fronteiras sem autorização da autoridade migratória, mas sim no ingresso na condição de turista e na permanência por um prazo maior do que o estabelecido pela lei, sem providenciar a documentação para residir. Sustenta também que até o início da década de 2000 as políticas migratórias nacionais eram mais restritivas, mas as condições de ingresso e residência nos territórios foram se flexibilizando para favorecer a regularização dos cidadãos. Argentina, Brasil, Chile, Equador e Venezuela implementaram vários programas voltados para a normalização de imigrantes em situação irregular.

Em quarto lugar, o documento ressalta os acordos alcançados no âmbito dos processos de integração regional como o Mercosul e a CAN, que implicaram a facilitação ao ingresso e à residência bem como as regularizações migratórias.

Por um lado, o trabalho assinala que a partir de 1990 com a assinatura da Ata de La Paz, os países-membros da CAN somaram esforços para facilitar o trânsito e a permanência de cidadãos andinos na sub-região, especificamente com a supressão de vistos para nacionais andinos. Outras iniciativas que o trabalho destaca são:

- Comitê Andino de Autoridades de Migração (CAAM): instância propositiva para uma política migratória comum, com funções concretas como o apoio ao reconhecimento de documentos nacionais de identidade e a harmonização de legislações migratórias (1993).
- Reconhecimento da validade dos documentos nacionais de identidade como requisito único para que os residentes dos países-membros possam viajar pela sub-região sem necessidade de passaporte ou visto consular (Decisão Nº 503, 2001).
- Cartão Andino de Migração (TAM) como documento de controle estatístico e migratório de uso obrigatório para o ingresso e a saída de pessoas do território dos países-membros (Resolução Nº 527, 2006).
- Instrumento Andino de Segurança Social, cujo objetivo é assegurar a proteção social dos trabalhadores migrantes dentro da CAN, embora não se tenham institucionalizado os mecanismos necessários para a sua implementação (2004).



O estudo destaca alguns progressos da política migratória da CAN, mas coloca em evidência que as iniciativas com as quais os países se comprometem não conseguiram ser completamente implementadas.

Por outro lado, o trabalho mostra um avanço lento da questão migratória nos primeiros anos do Mercosul, que se reverteu nos últimos anos com as propostas sobre a regularização migratória e sobre o princípio de nacionalidade como critério para ter acesso à residência. O trabalho ressalta o Acordo sobre regularização interna dos cidadãos dos Estados Partes do Mercosul (incluindo a Bolívia e Chile) e os Acordos sobre residência para os nacionais dos Estados Partes do Mercosul (Acordos Nº 13/02 e 14/04), cuja entrada em vigor se deu em 2008, após ser internalizado por todos os países. Sobre a base destes instrumentos, os cidadãos de um estado parte ou associado podem residir em outro do bloco com a simples comprovação da sua nacionalidade, independentemente da condição ou status migratório das pessoas, e deve ser garantida a igualdade de direitos civis e tratamento com os nativos. Além disso, facilita-se a transferência de remessas e a reunificação familiar e se garante a plena transmissão de direitos aos filhos dos imigrantes. Em síntese, o estudo avalia positivamente o novo marco normativo nacional sobre temas migratórios de vários países sul-americanos e enfoca as iniciativas regionais. Neste sentido, ressalta a importância da cooperação entre os Estados para neutralizar a expansão das migrações irregulares, por meio da facilitação da regularização migratória e a obtenção da residência legal. É interessante destacar que o Mercosul, criticado pelo cumprimento parcial dos seus objetivos relativos à livre circulação de bens e serviços, alcançou, de acordo com este estudo, resultados maiores na mobilidade do trabalho.

TEXIDÓ, E.; GURRIERI, J. Panorama Migratorio de América del Sur: 2012. Buenos Aires: OIM, 2012.
([Link](#))



Alerta Bibliográfico

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#).

Bibliografía Destacada del Mes

***Panorama de la efectividad en el desarrollo 2013 = Development effectiveness overview 2013. (2014). Washington: BID.**



Título: Panorama de la efectividad en el desarrollo 2013 = Development effectiveness overview 2013

Edición: Washington: BID, march 2014 [152 p.]

Serie: Panorama de la efectividad en el desarrollo; 2013

Temas: <BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, BID><COOPERACION ECONOMICA><FINANCIAMIENTO DEL DESARROLLO><DESARROLLO ECONOMICO><POLITICA SOCIAL><MERCADO DE TRABAJO><EDUCACION><POLITICA DE SALUD><TECNOLOGIAS DE LA INFORMACION>

Geográficos: <AMERICA LATINA><CARIBE>

Resumen: Intercambiar ideas acerca de lo que funciona y lo que no funciona en el ámbito del desarrollo es una parte fundamental de nuestro trabajo. Para tener impacto, es preciso que comprendamos los resultados de nuestros proyectos y seamos capaces de aprender de ellos. América Latina y el Caribe poseen un enorme acervo de conocimientos sobre el desarrollo, pero se trata de un recurso en gran parte desaprovechado hasta ahora. Como institución que se dedica al desarrollo, el BID debe ayudar a la región a alcanzar este potencial, no solamente por medio de estudios rigurosos, sino con mejores intervenciones y compartiendo aquello que aprendemos en el proceso. Esto es crucial para descubrir aspectos cuyo efecto puede transformar el curso de las economías y las sociedades, no solo generando un crecimiento económico más rápido, sino impulsando un desarrollo social más equitativo. En el BID, generamos este conocimiento gracias a nuestro Marco de efectividad en el desarrollo, el



cual utilizamos para mejorar nuestros proyectos de manera constante. El Panorama de la efectividad en el desarrollo, actualmente en su quinta edición, es nuestro principal medio para comunicar lo que hemos aprendido en el transcurso del año anterior ...

Nota de contenido:

- Mensaje del Presidente [p. 4]
- Medidas efectivas para alcanzar resultados [p. 6]
- Gestión estratégica de las evaluaciones de impacto [p. 18]
- Fracaso. Por qué necesitamos aceptarlo [p. 26]
- Panorama de avance en las prioridades institucionales [p. 38]
- Que no se lo cuenten. Véalo usted mismo. Observe con sus propios ojos lo que sucede en el terreno [p. 49]
- Historias de logros y desafíos [p. 50]
- Política social para equidad y productividad [p. 52]
- Volver a los orígenes. Cómo Chile forjó una nueva relación con sus comunidades indígenas - Chile [p. 54]
- Mejores transferencias condicionadas. La República Dominicana ajusta su programa Solidaridad para ayudar a los más pobres - República Dominicana [p. 59]
- Cerrar la brecha. Los portátiles en las escuelas públicas mejoran el acceso a las TIC - Uruguay [p. 60]
- Un buen maestro marca la diferencia. Reducción de la brecha de aprendizaje en Ecuador - Ecuador [p. 62]
- El futuro de los trabajadores bajo la lupa. Información para una ola de reformas - Regional [p. 64]
- La paradoja de la salud. Cómo combatir la obesidad y la desnutrición simultáneamente - Guatemala [p. 65]
- Invertir temprano, más y mejor. Cómo mejorar los programas para la primera infancia en América Latina y el Caribe - Regional [p. 66]
- A través del río y por encima de un tronco. Panamá mejora la infraestructura de escuelas en zonas indígenas remotas - Panamá [p. 68]
- ¿Busca trabajo? Bolivia expande su programa de servicios de empleo - Bolivia [p. 70]
- La ventaja de las redes. Sistema de salud pública universal, integrado y accesible en El Salvador - El salvador [p. 71]
- Un nivel más alto. Trinidad y Tobago reestructura su sistema educativo - Trinidad y Tobago [p. 73]
- Mejores trabajos. Cuatro lecciones mexicanas - México [p. 75]
- Autodetectar es curar. Atención temprana de las enfermedades tropicales desatendidas en Recife - Brasil [p. 78]
- El buen negocio de la educación. Préstamos estudiantiles para los más pobres - México [p. 80]
- Tecnología en el salón de clase. Barbados se pone a tono con los nuevos tiempos - Barbados [p. 82]

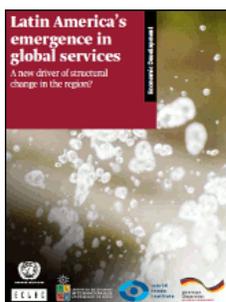
Accesos al documento:HM BID-DEO 2013 [2014]

Documento Electrónico

[Versión en español](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

[English version](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

*Hernández, R., ed.; Mulder, N., ed.; Fernandez-Stark, K., ed.; Sauvé, P., ed.; López Giral, D., ed. y Muñoz Navia, F., ed. (2014). Latin America's emergence in global services : A new driver of structural change in the region?. Santiago de Chile: CEPAL.



Autor:Hernández, René A., ed.; Mulder, Nanno, ed.; Fernandez-Stark, Karina, ed.; Sauvé, Pierre, ed.; López Giral, Dorotea, ed.; Muñoz Navia, Felipe, ed.

Título:Latin America's emergence in global services : A new driver of structural change in the region?

Edición:Santiago de Chile: CEPAL, march 2014 [240 p.]

ISBN:978-92-1-056021-4

Temas:<SECTOR SERVICIOS><COMERCIO INTERNACIONAL><DESARROLLO ECONOMICO><INNOVACIONES TECNOLOGICAS><COMPETITIVIDAD><EXPORTACIONES><EMPRESAS TRANSNACIONALES><POLITICA INDUSTRIAL><PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS, PYMES>

Geográficos:<AMERICA LATINA>

Resumen:Business services have been one of the fastest growing export areas in emerging economies over the past decade. The spread of information and communication technologies and the rise in trade liberalization have facilitated the global unbundling and offshoring of services activities from advanced to developing countries, including those in Latin America. This offshoring has gradually evolved into more sophisticated forms of business process outsourcing. Several countries in the region are now in the process of further upgrading their services exports to participate in knowledge process outsourcing, which includes research and development, product development and more advanced vertical functions and activities in the value chain. The empirical and analytical insights in this volume document how several countries in Latin America have entered the offshore services sector both through the attraction of multinational companies and the internationalization of domestic service suppliers. The future of the offshore services sector in Latin America will depend on its ability to upgrade its knowledge- and skill-intensive product offerings. This will call for the development of domestic technical capabilities, the adoption of renewed industrial policies, the promotion of backward and forward linkages, and the continued upgrading of human capital and information technology-integrated manufacturing.

Nota de contenido:

Chapter I: International service tradability: Understanding the offshoring of services [p. 39]

Chapter II: National innovation systems and learning, upgrading and innovation in services GVCs: Lessons from India, Ireland and Eastern Europe [p. 59]

Chapter III: When SMEs think about delocalization: Theoretical issues [p. 85]

Chapter IV: Promotion policies for services offshoring: Global analysis and lessons for Latin America [p. 107]

Chapter V: The Colombian outsourcing and offshoring industry: The effects of institutions and agglomeration economies [p. 137]

Chapter VI: Service multinationals in Costa Rica's free trade zone and their linkages to local suppliers [p. 157]

Chapter VII: Information technology enabled services in Chile: A new export niche? [p. 177]

Chapter VIII: Scientific-technical services for the pharmaceutical industry in Mexico [p. 197]

Chapter IX: Winning through specialization: The role of the business model in value creation [p. 215]

Accesos al documento:339.1 / HER-LAT / 2014

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

*De Groot, O. y Pérez Ludeña, M. (2014). Foreign direct investment in the Caribbean : Trends, determinants and policies. Santiago de Chile: CEPAL.



Autor:De Groot, Olaf; Pérez Ludeña, Miguel

Título:Foreign direct investment in the Caribbean : Trends, determinants and policies

Edición:Santiago de Chile: CEPAL, february 2014 [49 p.]

Serie:Studies and Perspectives, The Caribbean; 35

Temas:<INVERSION EXTRANJERA DIRECTA, IED><CRISIS><RECURSOS NATURALES><EXPORTACIONES><PROMOCION DE LAS INVERSIONES>

Geográficos:<CARIBE>

Resumen:The Caribbean receives some of the highest levels of Foreign Direct Investment (FDI) in the world. In the recent past, FDI flows have been particularly volatile, with the financial crisis in 2008 greatly reducing FDI flows to the Caribbean, although they have recovered somewhat recently. One of the distinctive features of Caribbean FDI flows is that they appear to be relatively unprofitable, with FDI income significantly lower than in Latin America. This is possibly due to the sectoral pattern of FDI, which in most Caribbean economies is heavily slanted towards services, particularly tourism. In a small number of economies, natural resources play an important role, which requires relatively large capital outlays and is thus responsible for a large share of investment. While the United States used to be the most important investor in the region, nowadays other players, such as Canada and China, are also taking a keen interest. Finally, the report studies the use of FDI promotion policies. These are more extensive and prevalent in the Caribbean than elsewhere, but the evidence of their effectiveness to improve either FDI flows or the impact of such FDI flows on the local economy, is limited.

Accesos al documento:HM CEPAL.CAR-EST.PERSPECT. 35 [2014]

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

***Hacia la transformación digital de América Latina : las infraestructuras y los servicios TIC en la región. (2014). Bogotá: CAF.**



Título:Hacia la transformación digital de América Latina : las infraestructuras y los servicios TIC en la región

Edición:Bogotá: CAF, 2014 [300 p.]

Temas:<TECNOLOGIAS DE LA INFORMACION><DESARROLLO TECNOLÓGICO><INNOVACIONES TECNOLÓGICAS><INFORMATICA><INTERNET><PROYECTOS DE INFRAESTRUCTURA><MARCO INSTITUCIONAL><TELECOMUNICACIONES>

Geográficos:<AMERICA LATINA><CARIBE>

Resumen:Este informe es el resultado de un trabajo de investigación y análisis realizado en 16 países de la región de América Latina y el Caribe, cuyo objetivo es evaluar cuál es el impacto de las TIC en la realidad actual desde una doble perspectiva: la de su adopción por parte de las estructuras productivas, sociales e institucionales del país y la del desempeño de las industrias TIC en sí, con un especial énfasis en la banda ancha. Igualmente, se presenta un programa de propuestas de actuación para la región, alineadas con las mejores prácticas internacionales.

Accesos al documento:007 / CAF-HAC / 2014

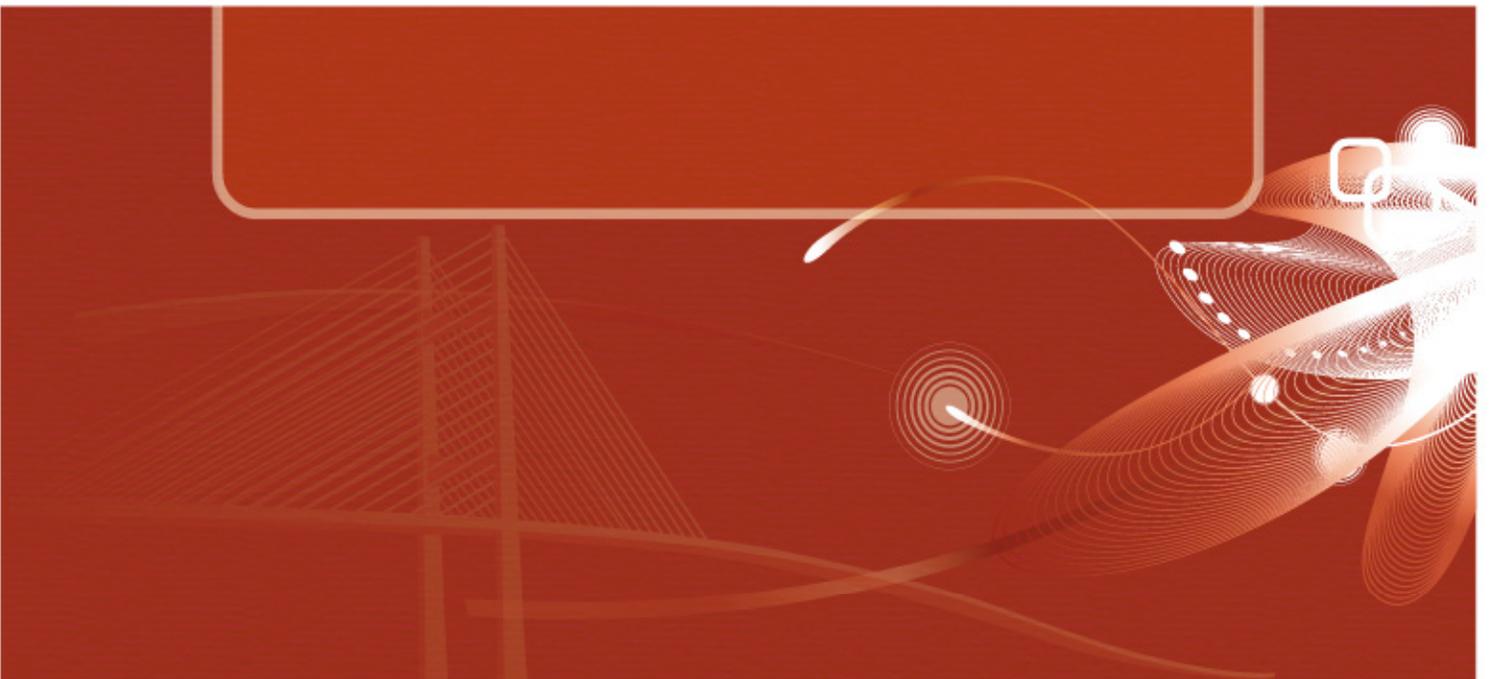
Documento Electrónico

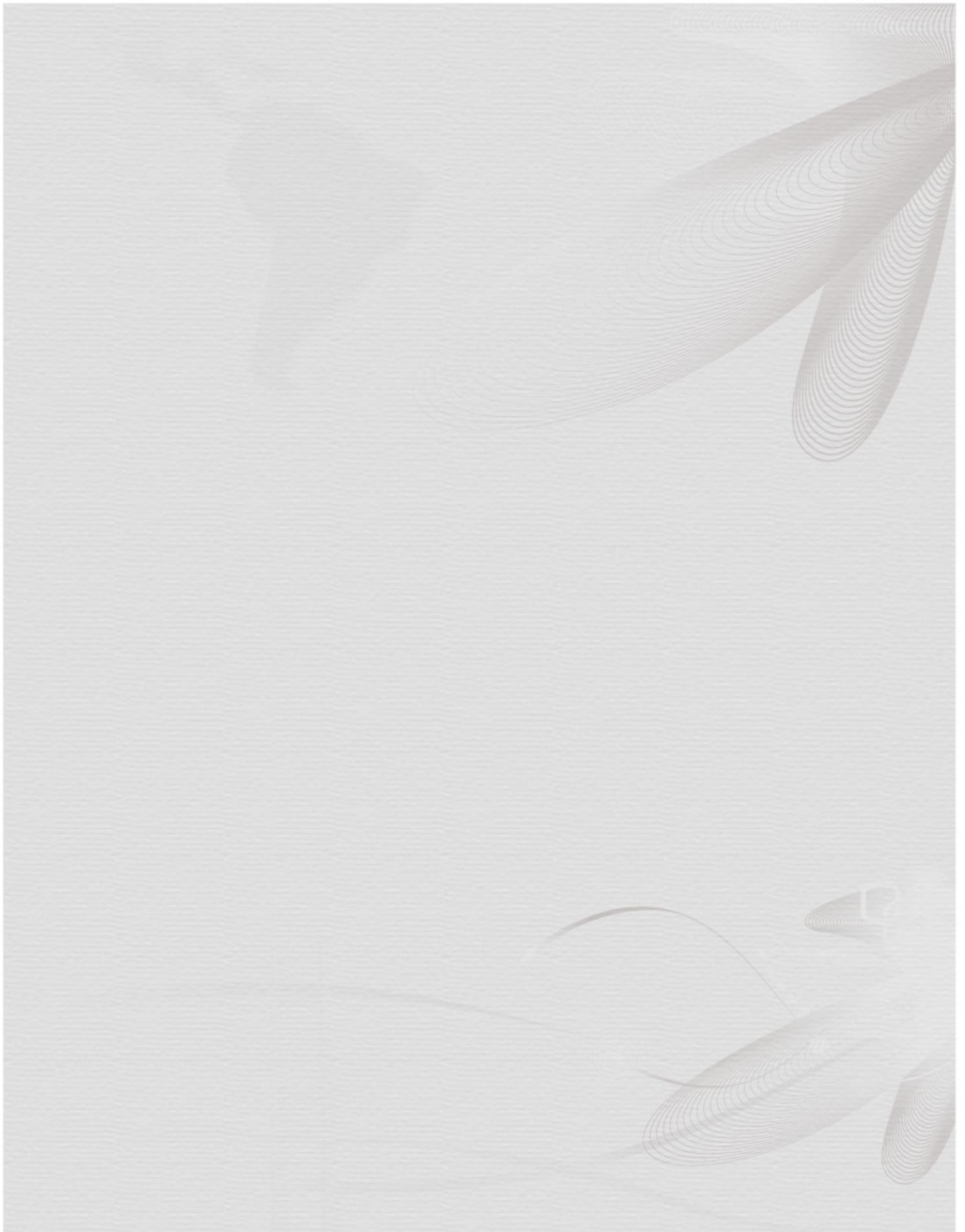
[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)





Redação





Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.

Conselho Diretor:

Antoni Estevadeordal
Graciela Schamis

Coordenação:

Alejandro Ramos Martínez

Assessoria técnica:

Rosario Campos
Romina Gayá
Gala Gómez Minujín
Andrea Kobylnik
Kathia Michalczewsky

Assistência compilação material:

Andrea Benítez
Enzo Di Muro
Eugenia Piasentini

Edição:

Susana Filippa
Julieta Tarquini

Edição Web:

Federico Mazzella
Pedro Grondona

R.P.I.: 5095066
ISSN: 1027-1899

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.

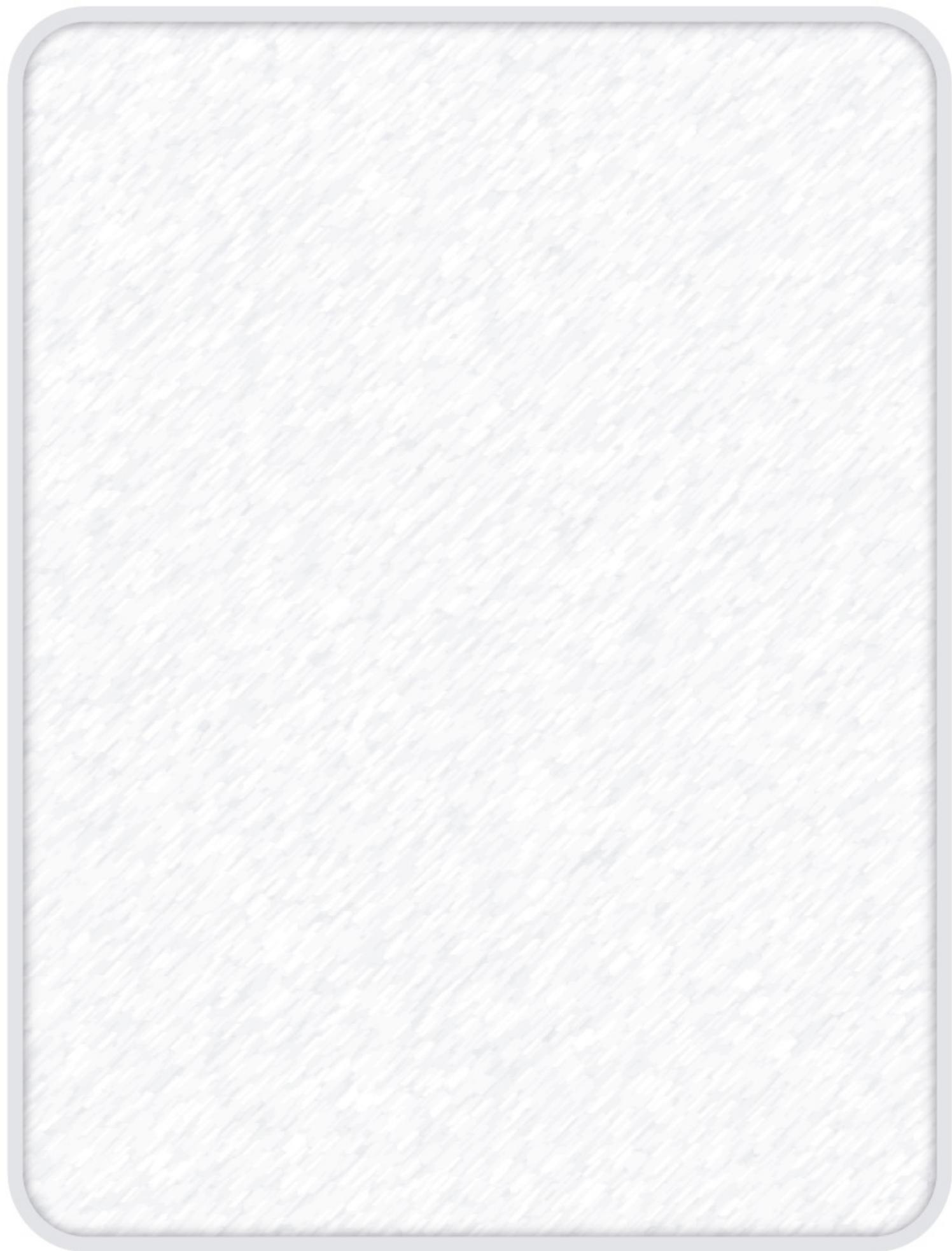
O uso não autorizado para fins comerciais de documentos do Banco é proibido, e pode ser punido no âmbito das políticas do Banco e/ou das leis aplicáveis.

Copyright © [1996] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados; este documento pode ser livremente reproduzido para fins não comerciais.

BID-INTAL | Esmeralda 130, andáres 11 e 16 | (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- Alvarez V., Carlos. (2009). Chile, plataforma de Servicios Globales. CORFO: Chile. [Link](#).
- Fernandez-Stark, K. (2012, 18-19 de octubre). Offshore services global value chain. En: Conferencia Deslocalización de servicios y cadenas globales de valor: ¿Nuevos factores de cambios estructurales en América Latina y el Caribe?. Santiago de Chile: CGGC. [Link](#).
- Gereffi, G. and Fernández-Stark, K. (2010). The Offshore Services Global Value Chain. Durham: CGGC. [Link](#).
- Honduras y Perú reanudan negociaciones del Tratado de Libre Comercio. (4 de abril de 2014). Tegucigalpa: Secretaría de Relaciones Exteriores y Cooperación Internacional. (Nota de Prensa). [Link](#).
- Sugar from Mexico. (march 28, 2014). Washington: United States International Trade Commission. (Investigation 701-TA-513 and 731-TA-1249 [Preliminary]). [Link](#).
- The Economic Impact of Travel & Tourism 2014: Caribbean. (2014). London: WTTC. [Link](#).



INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento